



Extratos

Ano 3
Número 5

Correspondentes **bancários**

Portas abertas para a precarização

AS NOVAS RESOLUÇÕES DO BANCO
CENTRAL QUE **DESREGULAMENTAM**
A ATIVIDADE BANCÁRIA E
AMPLIAM A TERCEIRIZAÇÃO



MAIS DO MESMO: NA W3 NORTE,
CORRESPONDENTE DO BB LOCALIZADO
EM FRENTE A AGÊNCIA DO PRÓPRIO BANCO

JOVENS EM CONFLITO
COM A LEI QUE DERAM A
VOLTA POR CIMA

VALORIZAÇÃO DO
MÍNIMO É VITÓRIA DOS
TRABALHADORES



Presidente

Rodrigo Lopes Britto (BB)

Secretário-geral

André Matias Nepomuceno (BRB)

Secretário de Finanças

Enilson Cardoso da Silva (Caixa)

Secretário de Administração

Edmilson Wanderley Lacerda (Itaú Unibanco)

Secretária de Imprensa

Rosane Maria Gonçalves Alaby (Santander)

Secretária de Assuntos Parlamentares

Maria Aparecida Sousa (BRB)

Secretário de Assuntos Jurídicos

Rafael Zanon (BB)

Secretário de Política Sindical

Saulo Rodrigues dos Santos (BB)

Secretário de Cultura

José Garcia de Sousa Rocha (Bradesco)

Secretária de Assuntos com a Comunidade

Louraci Moraes dos Santos (Itaú Unibanco)

Secretária de Saúde

Fabiana Uehara Proscholdt (Caixa)

Secretário de Formação Sindical

Wandeir Souza Severo (Caixa)

Secretário de Estudos Socioeconômicos

Antonio Eustáquio Ribeiro (BRB)

Secretário de Divulgação

Jeferson Gustavo Pinheiro Meira (BB)

Antonio Abdan (Caixa)

Cenira Rodrigues de Freitas (BRB)

Cristiano Alencar Severo (BRB)

Eduardo Araújo de Souza (BB)

Eliete Boaventura Sant'Anna (BB)

Elza Maria de Oliveira (BB)

Francinaldo Araújo Costa (Caixa)

Hélio Gregório da Silva (BB)

Kleyton Guimarães Moraes (BB)

Luana Regina Euzébia da Silva (BB)

Maíra Dalana Araújo Fialho (BRB)

Manoel Francisco Duque de Sousa (BRB)

Márcio Teixeira (Bradesco)

Maria Auxiliadora de Oliveira Silva (Caixa)

Ossama Ali Yousef R. Fares (BB)

Paulo Frazão (Piqui) (HSBC)

Peterson Gomes de Miranda (BB)

Raimundo Dantas (HSBC)

Reinaldo Cardoso Freitas (Caixa)

Renato Shalders (Caixa)

Roberto de Sousa (Itaú Unibanco)

Rogério Fernandes Dias (BB)

Romero Silveira de Carvalho (Caixa)

Sandro Silva Oliveira (Itaú Unibanco)

Sarah França Rocha de Lima (Caixa)

Talita Régia da Silva (Cooperforte)

Vanessa Sobreira Pereira (Caixa)

Wadson Francisco dos Santos Boaventura (BB)

Waldir Fonseca Braga (Caixa)

Washington Henrique da Silva (Itaú Unibanco)

Apresentação

1º de Maio pelo fim do imposto sindical

O 1º de Maio é a data mais importante para os trabalhadores em todo o mundo. Nesse dia, em 1886, muitas pessoas perderam a vida em Chicago (EUA), por terem iniciado uma greve geral para reivindicar a redução da jornada de trabalho de 13 para 8 horas diárias. No Brasil, trabalhadores lembraram a data cobrando o fim do imposto sindical e uma série de reformas para avançar nas conquistas de direitos.

Os bancários têm enfrentado grandes desafios nas últimas décadas: informatização do sistema financeiro, demissões em massa, privatizações, planos de demissões voluntárias, desrespeito à jornada legal de seis horas, metas abusivas, assédio moral, insegurança nas agências, entre outros.

Com a força da unidade nacional, estratégia que se mostrou acertada, tem sido possível reverter esse quadro. Para citar apenas exemplos dos últimos anos, resistimos e evitamos a privatização do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e do BRB; no âmbito das relações de trabalho, conquistamos cláusula inédita no acordo coletivo que coíbe a prática do assédio moral; e, desde 2003, a categoria vem conquistando aumento real de salário.

Neste 1º de Maio, além do fim do imposto sindical, os trabalhadores cutistas reivindicaram: reforma política; reforma agrária que democratize o acesso à terra e amplie a produção de alimentos; redução da jornada de trabalho sem redução de salário; fim do fator previdenciário e valorização das aposentadorias; combate às demissões sem justa causa e às terceirizações.

Na contramão das demais centrais sindicais, a CUT é a única que levanta a bandeira do fim do imposto sindical, que é um dia de salário descontado compulsoriamente dos trabalhadores, no mês de março de cada ano, para financiar o Ministério do Trabalho e a estrutura sindical.

Assim como a CUT, o Sindicato vai trabalhar pelo fim desse imposto, pois defendemos a filiação livre e voluntária ao sindicato, pela autonomia e liberdade sindical, conforme a convenção 87 OIT. Queremos a criação de uma contribuição de negociação coletiva aprovada pelos próprios trabalhadores em assembleia.

Saudações sindicais,

ROSANE ALABY

Secretária de Imprensa

Expediente

**Presidente**

Rodrigo Lopes Britto
presidencia@bancariosdf.com.br

Secretária de Imprensa

Rosane Alaby

Conselho Editorial

Antonio Eustáquio, Rafael Zanon, Rosane Alaby e Wandeir Severo

Jornalista responsável e edição

Renato Alves

Editor Assistente

Rodrigo Couto

Redação

Rodrigo Couto, Thaís Rohrer, André Shalders e Prícilla Beine

Projeto gráfico, diagramação e edição de arte

Valdo Virgo

Assistente de arte

Marcos Alves

Webmaster

Elton Valadas

Fotografia

Agnaldo Azevedo

Colaboração

Artur Henrique, Cícero, Hanilson e Drawlio Joca

Fotos da capa

Agnaldo Azevedo

Sede EQS 314/315 - Bloco A - Asa Sul - Brasília (DF) - CEP 70383-400

Telefones (61) 3262-9090 (61) 3346-2210 (imprensa) Fax (61) 3346-8822

Endereço eletrônico www.bancariosdf.com.br **e-mail** imprensa@bancariosdf.com.br

Tiragem 20 mil exemplares **Distribuição gratuita**

Todas as opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade da diretoria do SEEB-DF

Sindicato dos Bancários de Brasília





■ Entrevista

Fabio Schiavinatto, do Ipea:
'A exclusão bancária leva as
pessoas para a informalidade'

Página 24

■ Editorial

Trabalhadores protagonistas e
unidos por um mesmo propósito

Página 4

■ Consumidor Bancário

Sindicato lança guia sobre direitos dos
clientes e contra abuso dos bancos

Página 6

■ Economia Solidária

Brasil já tem 52 moedas sociais

Página 7

■ Artigo

Blindagem do salário mínimo e
correção da tabela do IR são vitórias

Página 10

■ Relação Homoafetiva

A luta diária pelo fim da homofobia

Página 11

■ Segurança Bancária

Só proibir celular nas agências vai diminuir
as ocorrências de 'saldinha'?

Página 14

■ Violência organizacional

Mobilização para tipificar o assédio
moral como acidente de trabalho

Página 16

■ Carreira e Filhos

O desafio das mães para conciliar
trabalho e família

Página 18

■ Conselho de Administração

Trabalhadores com assento
garantido nas estatais

Página 20

■ Precarização de Direitos

O correspondente é uma fraude

Página 21

■ Direito e Cidadania

Pioneiro no país, projeto Cão-Guia
de cegos pede socorro

Página 26

■ Trabalho e Carreira

O primeiro dia a gente nunca esquece

Página 29

■ Previdência Complementar

Um futuro melhor com fundos
de pensão democráticos

Página 31

■ Medidas Socioeducativas

Vidas reerguidas de jovens em
conflito com a lei

Página 32

■ Agenda do Trabalhador

Página 36

■ Esporte e Inclusão Social

Pela paz nos estádios

Página 37

■ Turismo e Lazer

Destino: Argentina

Página 40

■ Sindicato 50 anos

Homenagem aos bancários no
Carnaval 2011

Página 43

■ Balanço do Semestre

Mobilização permanente por
melhores condições de trabalho
e mais qualidade de vida

Página 44

■ Além de Bancário, sou...

Leões do Cerrado consolidam carreira
no ritmo do reggae

Página 48

■ Unidade dos Trabalhadores

Sociedade e trabalhadores unidos na luta

Página 50

www.bancariosdf.com.br





Trabalhadores protagonistas e **unidos** por um mesmo propósito

Colegas,

“

APOIAMOS OUTRAS
CATEGORIAS PORQUE
ESTAMOS EM
CONSONÂNCIA
COM OS PRINCÍPIOS DA
CUT DE **SOLIDARIEDADE
DE CLASSE, AUTONOMIA E
LIBERDADE SINDICAL**

Desde que assumi a presidência do Sindicato dos Bancários de Brasília, em 2007, além da luta dos bancários, decidi fortalecer o apoio da entidade a diversas causas, tão importantes e significativas quanto a defesa e conquista de direitos da nossa categoria, uma das mais fortes e organizadas de todo o país. Com o apoio da diretoria, participamos de vários movimentos em defesa da sociedade brasileira, como o Fora Arruda, que culminou com a renúncia e a prisão do então governador do Distrito Federal em 2010, e a campanha contra o cartel dos postos e pela redução dos preços dos combustíveis.

Realizamos várias campanhas de cunho

social, como a arrecadação de mais de cinco toneladas de alimentos e mantimentos às vítimas das chuvas do início deste ano do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Incentivamos a cultura por meio do Cineclube Bancário, que exhibe gratuitamente, todas as segundas-feiras, uma produção nacional em conjunto com debates em nossa sede, e também através de vários outros projetos socioculturais de que são exemplo o Terça Arte, Sexta Básica, Sábado Animado, Entorno das Artes, a nossa tradicional Festa dos Bancários e o Pré-Carnaval. Todos merecem destaque pela sua grandeza e valorização dada à cultura local, além de trabalhar com a inclusão social de jovens, adolescentes e aqueles da melhor idade.

A exemplo da cultura, o esporte ocupa lugar de destaque em nossos eventos para integrar os bancários e seus familiares. Seja por intermédio de iniciativas da diretoria como a tradicional Copa dos Bancários e o passeio ciclístico, por exemplo, seja pelas atividades apoiadas pelo Sindicato - como demonstram os campeonatos das Ligas Amadoras de Futebol do DF e a criação da Confederação Nacional das Torcidas Organizadas (Conatorg), entidade que reivindicará, entre outros pontos, mais segurança aos torcedores e ingressos mais baratos (leia matéria à página 37). Isso sem contar diversas outras atividades esportivas que colaboram com a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A participação dos bancários nas atividades esportivas e culturais não se resume apenas na busca pelo lazer. Na maioria dos eventos promovidos pela direção do Sindicato, são arrecadados alimentos que são doados para entidades que ajudam os mais necessitados ou comunidades carentes. E não é só isso: a direção do Sindicato se interessa por conhecer a realidade dessas comunidades com o intuito de interagir com elas e ajudar a solucionar seus problemas na busca da cidadania plena, garantindo educação, saúde, moradia, lazer e emprego para todos. São exemplos dessas comunidades a Córrego do Ouro, próxima a Sobradinho, e o Quilombo Mesquita, próximo à Cidade Ocidental.

As mobilizações de outros colegas trabalhadores também são apoiadas por nossa entidade. Somos companheiros de luta do sindicato dos Vigilantes (Sindesv), dos Terceirizados (Sindiserviços), dos servidores do Detran (Sindetran), dos trabalhadores dos Correios (Sintect), entre vários outros. Apoiamos outras categorias porque estamos em consonância com os princípios da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de solidariedade de classe, autonomia e liberdade sindical.

Concursados

Nestes últimos anos, a CUT Bancários, grupo ao qual nossa entidade está vinculada, também não deixou de lutar pela ampliação de vagas e por novos concursos no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal e no Banco de Brasília. Atuamos em todas as frentes - Legislativo, Executivo e Judiciário - para garantir a contratação de mais trabalhadores que, aprovados nos certames, fizeram por merecer ocupar suas vagas nos bancos públicos. Essa luta por geração de empregos e garantia da convocação dos aprovados nos concursos não se

resumiu apenas aos trabalhadores do ramo financeiro. Também ajudamos na luta pela convocação de mais policiais civis, em concurso em que tinham sido aprovados mais de 300 e que estava para ser encerrado, mesmo havendo mais de 400 vagas disponíveis nas delegacias do Distrito Federal.

As ações da diretoria do Sindicato também não se limitaram apenas ao trabalho político. Fizemos uma gestão administrativa que avançou com a reforma de nossa sede, propiciando um ambiente mais agradável e com mais qualidade para atender aos bancários, com melhorias que garantem acessibilidade para todos, como, por exemplo, a instalação do elevador e a construção das rampas, além de manter uma preocupação socioambiental com a utilização de materiais recicláveis e ao reduzir o consumo de energia e água. Inauguraremos este ano a subsele de Taguatinga, valorizando os trabalhadores de uma das regiões mais importantes do Distrito Federal. Realizamos também a reforma do estatuto do Sindicato, corrigindo distorções e proporcionando melhorias para nossos associados. E, como fruto de nosso trabalho, tivemos um crescimento expressivo no número de sindicalizações, representando hoje mais de 17 mil associados em todo o DF. Isso tudo sem falar dos nossos convênios, das nossas vitórias no campo jurídico, do trabalho de nossa equipe de saúde, da qualidade de nossos meios de comunicação e vários outros serviços prestados, que transformam nossa entidade em uma das mais respeitadas em todo o Distrito Federal e no Brasil.

E esse exemplar da revista Extratos resume, de certa forma, o que temos feito para melhorar ainda mais nossa atuação social. Nas páginas 26, 27 e 28 você pode conferir uma matéria sobre o projeto Cão-Guia de Cegos, iniciativa que conta com o apoio do Sindicato. O Entorno das Artes, projeto do Sindicato, também aparece na página 36 como parte de uma reportagem sobre adolescentes em conflito com a lei que estão conseguindo dar um novo rumo para suas vidas. As páginas 37 e 38 mostram a importância das torcidas organizadas para a melhoria das condições oferecidas aos torcedores brasileiros. Na página 6, Extratos destaca o lançamento da cartilha em defesa dos usuários dos serviços bancários. O crescimento das moedas sociais no Brasil e o primeiro dia de trabalho de um bancário podem ser conferidos, respectivamente, nas páginas 27 e 29. A entrevista principal da Extratos é com Fabio Schiavinatto, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que aborda a



**ATUAMOS EM
TODAS AS FRENTES –
LEGISLATIVO, EXECUTIVO
E JUDICIÁRIO –
PARA GARANTIR A
CONTRATAÇÃO DE
MAIS TRABALHADORES
QUE, APROVADOS NOS
CERTAMES, FIZERAM
POR MERECEER OCUPAR
SUAS VAGAS NOS
BANCOS PÚBLICOS**

problemática do acesso dos brasileiros aos serviços bancários. Também não deixem de ler o artigo de Artur Henrique, presidente da CUT nacional, sobre a valorização do salário mínimo, nossas matérias sobre assédio moral, preconceito contra homossexuais no ambiente de trabalho, além de nossa seção de turismo e lazer, que inclui jogo de palavras cruzadas temáticas relacionadas ao universo bancário. 

Boa leitura.

RODRIGO BRITTO,
Presidente do Sindicato

Sindicato lança guia sobre direitos dos clientes e contra abuso dos bancos

Iniciativa é uma parceria com a Contraf-CUT e o Idec e traz orientações desde como proceder na abertura de contas até sobre como fazer aplicações financeiras. Cartilha está disponível no site www.bancariosdf.com.br

→ PRICILLA BEINE

O Sindicato lançou, no mês de abril, um guia para orientar clientes e usuários sobre os seus direitos nas relações com os bancos. A cartilha “Os bancos e você – como se defender dos abusos dos bancos” é uma parceria entre o Sindicato, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e trata de assuntos de contas, tarifas bancárias e atendimento, além de aplicações financeiras e leasing.

Participaram da cerimônia de lançamento, realizada no Teatro dos Bancários, o secretário-geral do Sindicato, André Nepomuceno; a deputada federal Erika Kokay; o presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro; o presidente do Sindicato Nacional dos Fun-



cionários do Banco Central (Sinal), Sérgio da Luz Belsito; a coordenadora executiva do Idec, Lisa Grunn; o diretor geral do Procon-DF, Osvaldo

Francisco de Moraes; o secretário jurídico da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN), Juliano Rodrigues Braga, e a coordenadora geral do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Patrícia Barros.

O secretário-geral André Nepomuceno apresentou a cartilha e reafirmou o compromisso da entidade com a sociedade. “Essa publicação parte do entendimento de que é necessário fornecer dados ao consumidor bancário para que ele possa escolher onde quer ter uma conta, como deseja movimen-

tar seu dinheiro, quais são os seus direitos e como usar o sistema bancário de forma correta”, explicou Nepomuceno.

Durante o evento, a coordenadora executiva do Idec, Lisa Grunn, falou sobre o problema da desinformação dos consumidores brasileiros, que raramente se informam sobre seus direitos antes de iniciar alguma relação com bancos. “Quando isso acontece é gerado um desequilíbrio, dando a impressão de que os bancos são os únicos que têm direitos e, os consumidores, deveres”, disse.

Já o presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro, definiu como “abusivos e inexplicáveis” os juros exorbitantes praticados pelos bancos no país e também criticou o alto índice de reclamações relacionadas aos bancos junto ao Procon. “Os bancos não têm atendido às demandas da sociedade, além de ter uma postura predatória na economia. O investimento na produção é insuficiente e as taxas cobradas duplicam seu capital periodicamente”, afirmou.

Por sua vez, a deputada federal Erika Kokay (PT-DF) parabenizou a iniciativa do Sindicato de atuar também na defesa de clientes e usuários do sistema bancário. Segundo a deputada, as tarifas cobradas, as filas intermináveis, as cobranças indevidas e muitos outros problemas que os clientes são obrigados a enfrentar refletem o “descaso dos banqueiros com aqueles que utilizam os serviços”. “Os bancários e usuários merecem respeito como consumidores e como pessoas”, enfatizou.



Evento de lançamento do guia, no Teatro dos Bancários: trabalho de conscientização

Desconhecidas da maioria da população, as moedas sociais impulsionam o desenvolvimento econômico de comunidades com a permanência de transações com o dinheiro oficial. Juros mais baixos aos que mais precisam são o principal atrativo



Brasil já tem 52 moedas sociais

➔ RODRIGO COUTO



O OBJETIVO DESSE MODELO DE ECONOMIA É FAZER COM QUE O RECURSO DAQUELA COMUNIDADE POSSA CIRCULAR O MAIOR TEMPO POSSÍVEL DENTRO DELA

A pesar de o real ser a moeda oficial do Brasil desde 1994, com mais de R\$ 100 bilhões em notas e moedas em circulação, existem outras 52 opções para a realização de transações comerciais. Emitidas por bancos sociais (ou comunitários) em quase todos os estados do país, as formas alternativas de compra e venda de mercadorias e/ou serviços com desconto estão conquistando moradores de comunidades de baixa renda. O maior atrativo são os juros baixos.

Nos bancos sociais, o consumidor troca reais pela moeda social em circulação na sua comunidade, bairro ou cidade. No comércio local, o usuário da moeda social recebe um

desconto patrocinado pelos comerciantes ao pagar com esse dinheiro. Já o comércio, se houver necessidade de efetuar compras fora da comunidade, pode desfazer a troca.

Coordenador geral de Comércio Justo e Crédito da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Antônio Haroldo Pinheiro Mendonça destaca que, além dos benefícios financeiros, as moedas sociais preservam e desenvolvem a cultura local. “O objetivo desse modelo de economia é fazer com que o recurso daquela comunidade possa circular o maior tempo possível dentro dela, gerando um virtuoso ciclo econômico, social e cultural”, observa.



O PALMAS É UM SUCESSO PORQUE GERA MUITOS EMPREGOS E TRAZ MUITOS BENEFÍCIOS PARA NOSSA COMUNIDADE

Foto: Drawlio loca

Usuária do palmas, moeda social que circula no Conjunto Palmeiras, localizado na periferia de Fortaleza, a comerciante Noeme Alves de Souza, 56 (foto acima), enumera os benefícios: “a grande vantagem é que praticamente não pago juros quando pego palmas emprestado no banco. Se retirar 200 palmas em um mês, 60 dias depois pago apenas R\$ 203”, conta ela, que começou a utilizar a moeda em 2005.

Proprietária de um pequeno bar que funciona dentro de sua casa das 6h às 21h, Noeme é uma empreendedora nata. Cearense de Pitombeiras, interior do estado, ela dribla as dificuldades financeiras com muito trabalho e criatividade. Desde que seu marido foi vítima de um Acidente Vascular Cerebral (AVC) em 2006, a então dona de casa abriu o bar e colocou o filho caçula Closenilson Alves, 24, para cuidar da modesta borracharia montada também dentro sua residência desde 1985, ano em que chegaram ao Conjunto Palmeiras.

“A vida do meu marido ficou muito difícil com o AVC. Ele está com o lado direito paralisado e só consegue andar de bengala”, lamenta. Mesmo com as dificuldades impostas pela vida, Noeme supera os problemas com muito trabalho e austeridade em suas finanças. “Não adianta ter crédito na praça e não ter dinheiro para pagar ao final do mês. É preciso fazer as coisas dentro do limite”, aconselha. “O melhor é ser pobre e ter o nome limpo”, completa.

Eleitora do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rous-

seff, a comerciante usa o palmas para pagar as contas de água, energia, telefone e gás. “O palmas é um sucesso porque gera muitos empregos e traz muitos benefícios para nossa comunidade”, ressalta. “Para nós, que somos humildes, é muito bom”.

Com uma renda mensal de aproximadamente R\$ 1,5 mil, a moradora de Fortaleza elogia o bom atendimento que recebe dos funcionários do Banco Palmas. “São todos muito educados e com boa vontade em nos atender”, diz Noeme, que é mãe de seis filhos e avó de seis netos.

Experiência de sucesso

Criado pela associação comunitária do Conjunto Palmeiras na década de 1980, o modelo de economia solidária que deu origem ao palmas já foi procurado por especialistas dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, México, Espanha, Portugal, Japão e países africanos. Em junho, o Banco Palmas deve receber a visita de professores do Canadá.

As estimativas são de que circulam hoje mais de 30 mil palmas – disponíveis em cédulas de 0,50, 1,00, 2,00, 5,00 e 10,00 –, aceitas em mais de 300 pontos de comércio cadastrados no Conjunto Palmeiras, bairro com mais de 30 mil habitantes.

“Sem a moeda social todo o dinheiro que entra sai, não fica nada na comunidade. Com o real, geralmente as pessoas compram fora. Já com o palmas é garantido que as pes-

soas comprem no bairro e fortaleçam a economia local”, frisa o coordenador do Banco Palmas, João Joaquim de Melo.

A filosofia do Banco Palmas é pautada em uma rede de solidariedade: produção versus consumo versus trabalho e renda. A ideia é fazer crescer o bairro Conjunto Palmeiras através de um círculo virtuoso. O banco empresta dinheiro para a produção e para o consumo. Dessa forma, as famílias produzem e vendem em seu próprio bairro.

“Também oferecemos cartão de crédito, micro-crédito produção e crédito-moradia. Sem falar no Palma Fashion, grife composta por costureiras do bairro que produzem coletivamente, e da feira que realizamos em frente à associação de moradores para comercializar os produtos fabricados no Conjunto Palmeiras”, esclarece João Joaquim.

Além do palmas, outras moedas sociais circulam no Ceará, estado que concentra grande parte do dinheiro alternativo. Em Palhano, os moradores contam com a castanha. No município de Tamboril, a população pode usar o acarau. Em Paramoti, há opção de utilizar o paz. Em Fortaleza, os habitantes da comunidade de Grande Portugal contam com o rios.

Como os bancos comunitários são organizações sem fins lucrativos, que possuem relações contratuais com instituições bancárias, ora como correspondentes, ora como agentes de microcrédito, o Banco Central, como executor da política monetária do país, acompanha, desde 2007, o processo de criação e difusão das moedas sociais no Brasil.

Governo federal vai incentivar criação de 100 bancos sociais

As moedas sociais emitidas por bancos comunitários devem se expandir nos próximos meses. A Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tem R\$ 14 milhões reservados para incentivar a criação de mais 100 bancos comunitários nos próximos 18 meses.

“Em breve, o Distrito Federal também será contemplado com uma moeda social. Já existe estudo de uma comunidade que pretende implementar a economia solidária nos próximos meses”, informa o coordenador

geral de Comércio Justo e Crédito da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Antônio Haroldo Pinheiro Mendonça.

O Brasil se tornou referência em economia solidária. Dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies) mostram que esse tipo de iniciativa é formada por 14.954 empreendimentos, em que trabalham 1.251.882 pessoas. Desses empreendimentos, 44% estão no Nordeste, 17% no Sul, 14% no Sudeste, 13% no Norte e 12% no Centro-Oeste. Confira no quadro os dez princípios da economia solidária.

HÁ R\$ 14 MILHÕES
RESERVADOS
PARA INCENTIVAR
A CRIAÇÃO DE
MAIS 100 BANCOS
COMUNITÁRIOS
NOS PRÓXIMOS
18 MESES

Os dez princípios da economia solidária

1

Autogestão

Os trabalhadores não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa.

2

Democracia

A economia solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois o trabalho não fica mais subordinado ao capital.

3

Cooperação sem competição

Convida-se o trabalhador a se unir a trabalhador, empresa a empresa, país a país, acabando com o “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.

4

Centralidade no ser humano

As pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir a satisfação plena das necessidades de todos e todas.

5

Valorização da diversidade

Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, cor ou orientação sexual.

6

Emancipação

A economia solidária emancipa, liberta.

7

Cultura

Valorização do saber local, da cultura e da tecnologia popular.

8

Formação

Valorização da aprendizagem e da formação permanentes.

9

Coletividade

Justiça social na produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção do bem viver das coletividades e justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da sociedade humana.

10

Meio ambiente

Cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras. Os empreendimentos solidários, além de se preocuparem com que a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzam, buscam eficiência social, estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função da qualidade de vida, da felicidade das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas. 



Artur Henrique
é presidente nacional
da Central Única dos
Trabalhadores (CUT)

Blindagem do salário mínimo e correção da tabela do IR são vitórias

Correção da tabela é um acerto tático importante, mas a CUT cobra a mudança de toda a estrutura tributária do País

O cenário político das últimas semanas no Brasil nos oferece novas razões para acreditar que a aprovação da política de valorização permanente do salário mínimo foi um acerto, uma vitória.

Por conta dos recentes índices inflacionários em rota de subida, o setor financeiro em particular e o mercado em geral, com a ajuda da mídia, estão fazendo uma campanha sutil, mas aberta, para que os trabalhadores e seus sindicatos não sejam exigentes na hora de cobrar aumentos reais de salário.

As reportagens se espalham por todas as páginas, emissoras de rádio e TV, fazendo alarde sobre a pressão inflacionária e tentando espalhar o temor de que aumentos salariais farão com que essa mesma inflação suba e saia de controle.

Até mesmo o presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, em entrevista à Globo News, sugeriu que os sindicatos sejam moderados na hora de negociar suas campanhas salariais.

Considero essa argumentação uma falácia. Os salários tiveram perdas históricas que os recentes avanços não recuperaram. A lucratividade das empresas, os imensos ganhos do setor financeiro e a produtividade da indústria cresceram muito, muito mais que os salários. Há vários dados que comprovam isso.

Então, fica evidente que o controle da inflação tem de se dar de outra forma, jamais com arrocho salarial.

Diante desse cenário, imaginem o que os patrões e a mídia tentariam fazer contra o salário mínimo, caso a política de valorização

permanente não tivesse se transformado em lei, garantindo sua aplicação até 2015.

Quanto às campanhas salariais deste segundo semestre, convoco todos os sindicatos cutistas a organizarem as mais ousadas mobilizações e as mais arrojadas e exigentes pautas de reivindicações de todos os tempos.

Vamos mostrar de maneira clara que nossa luta é por distribuição de renda, pelo aumento da participação dos salários na renda do País, pelo combate à farra do sistema financeiro e pela ampliação de direitos e qualidade de vida da maioria da população, que é quem faz a verdadeira riqueza nacional.

Nessa luta insere-se nossa reivindicação pela correção da tabela do imposto de renda. A pauta foi atendida pelo governo Dilma. O reajuste vai se dar, até 2014, com base no índice do centro da meta de inflação, que é 4,5%.

Queremos mais. A correção da tabela é um acerto tático importante. No entanto, a luta por justiça tributária é muito mais ampla.

A CUT cobra a mudança de toda a estrutura de tributos no Brasil, que hoje é altamente regressiva – a maior parte dos impostos incide sobre o consumo, o que penaliza os que ganham menos.

É preciso inverter essa pirâmide, passando a cobrar mais impostos de quem ganha mais. Isso exigirá medidas como a tributação das grandes fortunas, o fim da isenção de que hoje desfruta a distribuição de lucros e dividendos e o aumento da faixa de isenção para os assalariados.

São mudanças imprescindíveis para construirmos um novo modelo de desenvolvimento, em que a distribuição de renda seja prioridade constante, rumo ao socialismo. 

QUANTO ÀS
CAMPANHAS
SALARIAIS DESTES
SEGUNDO
SEMESTRE,
CONVOCO TODOS
OS SINDICATOS
CUTISTAS A
ORGANIZAREM AS
MAIS OUSADAS
MOBILIZAÇÕES

Apesar dos avanços, o Brasil ainda figura na lista dos países que registram maior número de agressões físicas e psicológicas a homossexuais. Violência por conta da orientação sexual se reflete também nos locais de trabalho

A luta diária pelo fim da

homofobia

➔ PRICILLA BEINE

Comemorado em todo o mundo, o 17 de Maio é um símbolo na luta pelo fim da discriminação e violência contra os homossexuais. Em Brasília, o Dia Mundial Contra a Homofobia foi lembrado com uma marcha que tomou conta da Esplanada dos Ministérios no dia 18. Encabeçada pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), a II Marcha Nacional Contra a Homofobia reuniu 237 organizações afiliadas para protestar contra o desrespeito e pedir o fim

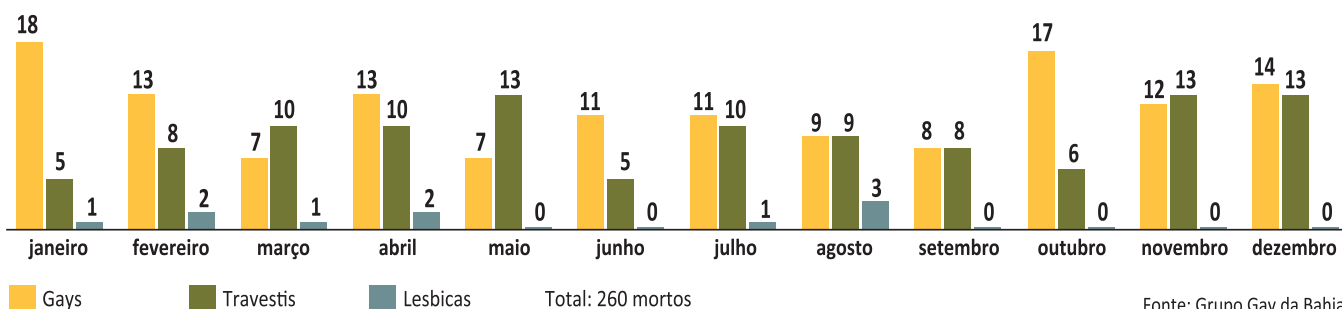
da discriminação e da violência por conta da orientação sexual. O Sindicato dos Bancários de Brasília participou do protesto.

Dados apresentados pelo Grupo Gay da Bahia mostram que, só em 2010, 260 homossexuais foram assassinados em todo o país. Segundo a pesquisa, a Bahia é o estado mais violento, com 29 casos; em segundo está Alagoas, com 24, e em terceiro, empatados, estão São Paulo e Rio de Janeiro, ambos com 23. De acordo com o presidente do Grupo, Luiz Mott, o Brasil é o país em que mais ocorrem casos de violência contra gays, embora não seja o mais homofóbico do mundo.

“A única diferença é que em lugares como o Egito e o Iraque, por exemplo, existem leis que permitem que os homossexuais sejam executados”, explica.

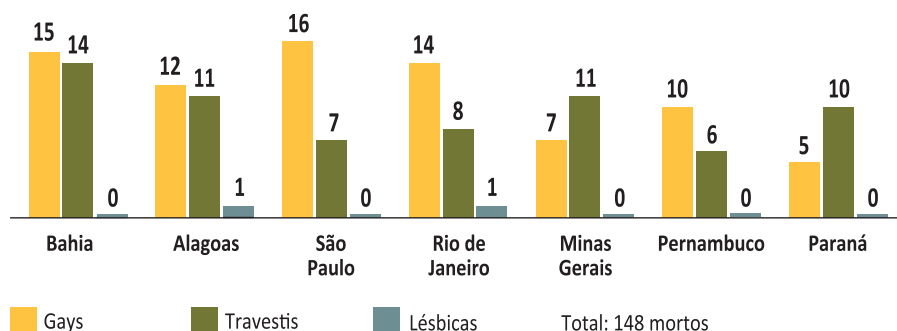
Os números são tão altos porque, segundo Mott, a visibilidade e a conquista de espaços provocam uma sociedade que ainda é muito conservadora. “Antigamente essas pessoas não se expunham, não falavam sobre sua orientação sexual. Agora existem paradas gays em praticamente todas as capitais brasileiras e, infelizmente, os intolerantes estão partindo para a agressão física”, lamenta Mott.

Assassinato de homossexuais no Brasil (2010)

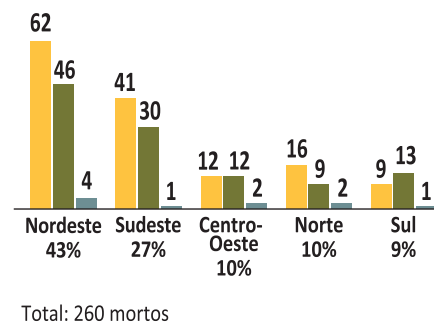


Fonte: Grupo Gay da Bahia

Estados mais violentos (2010)



Violência por região (2010)



Fonte: Grupo Gay da Bahia

Assim como em outras esferas da sociedade, a violência contra homossexuais está presente também nas relações de trabalho e atende pelo nome de assédio moral homofóbico, pelo qual a orientação sexual é usada como fator de punição pelos superiores. O mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB) Paulo Rená explica que a homofobia é caracterizada por atos sem justificativa e que têm como intenção prejudicar alguém unicamente por causa da sua sexualidade. “Demitir um empregado apenas por ele ser gay, a despeito de ele ser competente no exercício de suas atribuições, é um exemplo de como a homofobia pode ser percebida nos ambientes de trabalho”, explica.

Ex-funcionário do Conselho Federal de Psicologia, o psicólogo Patrick Thiago dos Santos diz ter sentido na pele esse tipo de preconceito. “Era comum as pessoas se reunirem na sala onde eu trabalhava e começarem a fazer piadas sobre gays. Em outros casos, quando me chamavam para almoçar, se referiam a mim como gayzão ou bichona”, conta. Segundo ele, o assédio se deu também pela falta de reconhecimento e acusações de que militava em causa própria porque defendia a bandeira dos LGBTs.

Tempos depois foi demitido, por questionar alguns gestores sobre a falta de reconhecimento do trabalho dos funcionários que elaboravam pareceres. “Quando che-



AS VÍTIMAS DE ASSÉDIO DEVEM PROCURAR O SINDICATO OU O MINISTÉRIO PÚBLICO

Maurício Correia de Mello

guei para trabalhar, no dia seguinte ao envio dos e-mails com esses questionamentos, não pude entrar no prédio. O conselheiro de ética foi ao meu encontro e gritou, no meio do saguão, que eu estava demitido em nome do Conselho Federal de Psicologia”, conta.

O CFP se pronunciou sobre o caso e afirmou que o ambiente de trabalho é de respeito entre os funcionários e com os demais frequentadores e que, em nenhum momento, o psicólogo apontou que sofria assédio moral e preconceito. “Caso houvesse sido denunciado, o CFP teria agido de forma a colocá-lo em debate e a solucionar as situações de desrespeito”, esclareceu a instituição. Para Patrick, a demissão se deu por conta da sua orientação sexual. Ele está processando o CFP.

O procurador do Ministério Público do Trabalho Maurício Correia de Mello explica que existem dois caminhos a serem tomados por quem foi vítima de assédio moral: procu-

rar um advogado ou o sindicato da categoria para buscar indenização pelo dano moral sofrido ou denunciar o caso junto ao Ministério Público, que irá investigar e pedir que a prática cesse ou o ressarcimento pelo dano moral que causou. “Vale lembrar que a segunda alternativa não beneficia financeiramente de forma direta a quem sofreu o assédio, mas pode beneficiar todo um conjunto de pessoas que também sofrem com isso”, esclarece.

No caso de assédio moral homofóbico, Paulo Rená explica que o melhor caminho é a reclamação trabalhista, mas existem mecanismos penais para casos dessa natureza. Segundo ele, é possível que o chefe que destratou um subordinado gay seja preso. Outra opção indicada é buscar, discretamente, um diálogo franco com o chefe, por exemplo. “Mas para isso dar certo deve haver sobriedade na abordagem, sem escândalos no ambiente laboral, por parte do empregado, e compreensão ao ouvir a queixa, por parte do empregador”, esclarece.

Avanços

Enquanto milhares de pessoas já sofreram ou são vítimas de algum tipo de preconceito por causa da orientação sexual, é forçoso reconhecer que a sociedade avançou muito nesse debate e que, embora ainda exista, a discriminação contra homossexuais vem diminuindo gradativamente nos últimos anos, o que se reflete também em conquistas no mundo do trabalho. Conquistas como a isonomia de direitos para casais homoafetivos, por exemplo, dando a essas pessoas garantias como assistência médica para seu companheiro ou companheira da mesma forma que um casal heterossexual com união estável possui.

De acordo com a cláusula incluída em 2009 na Convenção Coletiva de Trabalho dos bancários, todas as vantagens aplicáveis aos cônjuges dos empregados abrangem também



Sidnei Dias Bonfim, bancário da Caixa

os casos em que a união decorra de relação homoafetiva estável devidamente comprovada. Esse benefício é manifesto de forma concreta na extensão do plano de saúde a parceiros do mesmo sexo em todos os bancos. Em 2004, apenas os planos de saúde dos funcionários da Caixa (Saúde Caixa) e do Banco do Brasil (Cassi) asseguravam esse direito.

Empregado da Caixa, Sidnei Dias Bonfim, 30 anos, diz que nunca escondeu sua orientação sexual e que percebe como as pessoas têm aprendido a respeitar as diferenças. O bancário, que diz nunca ter sofrido nenhum tipo de discriminação em seu local de trabalho, sabe, porém, que o preconceito ainda existe. “Às vezes o preconceito é do próprio homossexual, que ainda não se aceitou. Quando você passa a se aceitar como é e percebe que isso não o diminui frente às outras pessoas, vê que essas mesmas pessoas passam a tratá-lo de forma melhor, com mais carinho e respeito”, explica.

Sidnei diz que, da mesma forma que existem pessoas que realmente sofrem com o preconceito, também existem aquelas que tentam se colocar como vítima, “mas a partir do momento que fazem isso, estão assumindo que querem ser tratadas de forma diferente das demais”, afirma. Ele conta que sempre lutou para ter seu próprio espaço e que, na Caixa, nunca percebeu que sua orientação sexual o impediu de conquistar algo. “Já fui promovido algumas vezes, então não acredito que exista preconceito lá dentro. O importante é que as empresas percebam as qualidades profissionais das pessoas, sem buscar na diversidade um motivo para denegrir ou impedir que a pessoa progrida na carreira”, conta o bancário.

Ciente de que a homofobia ainda é realidade, Sidnei acredita que uma forma de punição é válida. “Nada mais justo do que termos normas para proteger a integridade dessas pessoas, da mesma forma que se protege as mulheres, os negros e as crianças. É importante para proteger as minorias e não para privilegiar os gays”.

A luta contra o preconceito no campo político

O Supremo Tribunal Federal (STF) legitimou, no início de maio, a união civil para casais do mesmo sexo. A partir de agora, os gays têm direitos garantidos da mesma forma que casais heterossexuais com união estável reconhecida - como pensão, herança, comunhão de bens e previdência.

Classificada como histórica pela senadora petista Marta Suplicy (foto), a decisão deve facilitar a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLC) 122/2006, criada para ser uma lei anti-homofobia. Segundo a senadora, em entrevista a Extratos, essa decisão reflete um sentimento de necessidade de mudança e fortalecimento das lutas pelos direitos humanos. “Mas ainda assim temos uma grande luta pela frente. É inconcebível que ainda existam espancamentos de homossexuais na Avenida Paulista, assassinatos na Bahia e pessoas que sofrem preconceitos e humilhações todos os dias”, diz Marta.

O projeto torna crime a discriminação por orientação sexual, identidade de gênero e equipara ações dessa natureza às de discriminação de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional e sexo, por exemplo. Caso seja aprovado, o autor do crime ficará sujeito a multa e até prisão.

“Hoje se pode comemorar uma enorme vitória da nossa Constituição e da possibilidade de pessoas homossexuais terem uma expectativa de vida melhor.



Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

O que desejamos agora na luta pela aprovação do PLC 122 é que cada pessoa tenha a possibilidade de uma vida feliz independentemente da orientação sexual e tenha respaldo na lei para assumir sua sexualidade sem se importar com preconceitos”, declara a senadora.

O deputado federal Jean Wyllys, um dos articuladores da criação da Frente Parlamentar Mista de Cidadania LGBT participou, em abril, do lançamento do Caderno de Igualdade de Oportunidades na Contraf-CUT e falou sobre o assunto. Na ocasião, disse que o preconceito é “ausência de conhecimento” e propôs a união de todos os grupos que sofrem discriminação para combater essa prática. “Quem é discriminado deve ser sensível à dor do outro”, frisou.

Denuncie

Pessoas que foram vítimas de assédio moral homofóbico no trabalho têm até cinco anos para reclamar algum direito, mas com limite de até dois anos do rompimento do contrato. Ou seja, não é possível demorar mais do que dois anos contando a partir do término do contrato para pedir até cinco anos de direitos. “Mas ainda assim é preciso que haja campanha de conscientização envolvendo toda a sociedade para que se mostre que não há nenhum motivo legal que justifique a discriminação contra homossexuais. Eles merecem ter seus direitos reparados para que sua dignidade seja restabelecida”, lembra o promotor Maurício Correia.



O Brasil tem mais de 60 mil casais homossexuais

Dados preliminares do Censo Demográfico 2010, divulgados no final de abril último, mostram que o Brasil tem mais de 60 mil casais homossexuais (ou 0,16% da população brasileira). Essa foi a primeira edição do recenseamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a registrar informações sobre a relação de pessoas do mesmo sexo. Não existem dados sobre o número de homossexuais em bancos por recusa das instituições financeiras de inserir, no Mapa da Diversidade, questões relativas aos homoafetivos.

Só proibir celular nas agências vai diminuir as ocorrências de 'saidinha'?

Em 2010, essa modalidade de crime fez dez vítimas fatais; em 2011 já foram cinco. Leis que proíbem uso do aparelho móvel dentro dos bancos ajudam, mas são insuficientes no combate ao problema

→ PRICILLA BEINE

O aumento de práticas do crime conhecido como 'saidinha de banco' - quando o cliente é assaltado ao sair da agência, geralmente após sacar grandes quantias - tem estimulado a aprovação de projetos de lei país afora que proíbem o uso de celular dentro das agências. A intenção é dificultar a comunicação entre bandidos que estão dentro dos bancos e os que estão do lado de fora, impedindo que sejam passadas informações sobre os saques realizados. A lei já vale em algumas cidades, como Salvador, Belo Horizonte, Campinas (SP), Franca (SP), Curitiba e para todo o estado do Rio de Janeiro. O município de Canguçu, no Rio Grande do Sul, também aprovou a proibição do telefone celular nas agências bancárias.

Dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT) mostram que a precariedade das condições de segurança nas agências, a raiz do problema, causou, somente em 2010, 23 mortes - dez em decorrência da 'saidinha'. Foram registrados ainda 369 assaltos no período. Somente nos quatro primeiros meses de 2011, dez mortes já foram registradas, sendo meta de consequência dessa modalidade de crime.

Na avaliação do movimento sindical, o problema é que, além de não impedir que o assalto aconteça, essa medida desvia a responsabilidade da segurança dos bancos para os cidadãos, seja ele bancário, vigilante, cliente ou usuário. É o que defende o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviço (CNTV), José Boaventura Santos. Segundo ele, a afirmação dos bancos

de que a 'saidinha' acontece do lado de fora e por isso não é responsabilidade da instituição não é válida. "A intenção (dos bancos) é que o ônus do que acontece seja transferido para a segurança pública, no caso de um assalto; para a saúde, no caso de morte; e para o Estado, caso a vítima fique com sequelas. Mas não é nada disso. O que acontece dentro do banco, ou em decorrência do que foi feito lá dentro, é sim de responsabilidade do banco", defende.

Matuzalém Albuquerque, diretor da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec/CN) e integrante da Comissão de Segurança da Contraf-CUT, acredita que os casos de 'saidinha' tem aumentado por causa da fragilidade na estrutura dos bancos. Segundo Albuquerque, é urgente que os bancos aumentem a segurança interna e adotem medidas que proporcionem segurança aos seus funcionários e aos clientes. "Na situação em que nos encontramos não é culpa de mais ninguém, senão do descaso das instituições financeiras para com a segurança", diz Matuzalém.

Sobre a proibição do uso do celular dentro das agências, Boaventura explica que isso não resolve o problema por não ser essa a única forma de comunicação existente. "Para marcar alguém, um simples sinal combinado entre os assaltantes já é o suficiente. A proposta é que haja melhoria nas instalações e ampliação nos equipamentos de segurança", diz. Divisórias entre os caixas para impedir a visualização das operações realizadas é uma das opções apontadas pelo CNTV. O modelo já existe em João Pessoa há quase um ano e reduziu os registros de saidinha bancária para próximo de zero.



O QUE ACONTECE DENTRO DO BANCO, OU EM DECORRÊNCIA DO QUE FOI FEITO LÁ DENTRO, É SIM DE SUA RESPONSABILIDADE

A segurança do bancário em discussão

A constante preocupação com a segurança de bancários, vigilantes, clientes e usuários agora será discutida com periodicidade. A Mesa Temática de Segurança Bancária, uma das conquistas dos bancários na Campanha Nacional 2010, foi retomada com a federação dos bancos em abril passado e tem como objetivo discutir a pauta de reivindicações da categoria em relação ao assunto.

Entre as propostas em discussão está a isenção das tarifas de transferências de recursos (DOC, TED, ordens de pagamentos, etc) para ajudar a combater o crime da 'saidinha', já que desestimularia o saque de grandes quantias. Um ofício emitido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT) esclarece que a medida serve como forma de reduzir a circulação de dinheiro na praça, pois a preferência dos clientes que precisam realizar transferências entre bancos é realizar saques para não pagar essas tarifas.

O secretário de Imprensa e coordenador do Coletivo de Segurança Bancária da Contraf-CUT, Ademir Wiederkehr reforça a importância da isenção das tarifas. "Diminuindo o dinheiro na praça, dificultamos a ação das quadrilhas e protegemos os clientes, que não precisarão sacar grandes quantias para se livrar das tarifas cobradas atualmente", esclarece.



A discussão sobre a segurança bancária chegou também à Câmara Legislativa do DF, onde o deputado Chico Vigilante (foto) apresentou, no mês de abril, um projeto de lei que torna obrigatória a instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições financeiras.

O texto prevê a obrigatoriedade da porta eletrônica individualizada em todos os acessos destinados ao público, inclusive no espaço de autoatendimento. Vidros blindados

nas fachadas externas e divisórias internas nas agências, biombos entre os caixas e sistema de monitoração e gravação eletrônicas de imagens interligado com central de controle fora do local monitorado também fazem parte do PL.

O deputado diz que é fundamental a aprovação desse projeto, já que os bancos não tomam iniciativas capazes de inibir os criminosos. "Os bancos não se preocupam porque eles têm seguro, não perdem nada quando acontecem assaltos. Mas e o cliente? E o usuário? E as pessoas que passam na rua no momento do assalto e acabam sendo atingidas por disparos? Não é possível continuar convivendo com isso. A sociedade precisa se sentir segura", declarou Vigilante.

O delegado-chefe da Delegacia de Repressão a Roubos do DF, Érito Pereira da Cunha, afirma que o discurso dos bancos de que a segurança interna é reforçada é falsa. Segundo ele, existem falhas graves e que transmitem insegurança aos funcionários, clientes e usuários. "Nos caixas, por exemplo, não tem ninguém fazendo vigilância. Existe um vigilante na entrada da agência e só. É preciso que a política de segurança dessas instituições financeiras seja revista", observa Cunha.

Não se torne uma vítima

Dados da Delegacia de Repressão a Roubos (DRR) do DF apontam que as ocorrências de assaltos e crimes de "saidinha de banco" aumentam consideravelmente em datas de pagamento e vésperas de feriados e finais de semana devido ao aumento do fluxo de dinheiro em circulação e nos caixas-rápido. O delegado chefe da DRR, Érito Pereira da Cunha, dá algumas dicas para fugir desses crimes:

- Não sacar grandes quantias nas épocas de pagamento e que antecedem feriados.
- Quando fizer saques, evitar contar o dinheiro na frente de outras pessoas.
- Ficar atento a pessoas andando muito próximo a você quando estiver saindo do banco.
- Se for necessário fazer saque de quantias elevadas, entrar em contato com o gerente e pedir que o dinheiro seja entregue em uma sala reservada.
- Não sair dessa sala portando envelopes. Leve sempre pasta, bolsa ou mochila para colocar o dinheiro.

Bancos multados

Em março deste ano os bancos foram multados em R\$ 1,173 milhão, na 89ª reunião do CCASP (Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada) do Ministério da Justiça. Motivo: descumprimento das normas de segurança, o que coloca em risco a vida dos bancários, como a realização de transporte de valores, por exemplo.

Caixa	R\$ 771.501
HSBC	R\$ 136.564
Santander	R\$ 100.700
Itaú Unibanco	R\$ 79.500
Bradesco	R\$ 49.468
Banco do Brasil	R\$ 35.334

Total: R\$ 1.173.067

AS OCORRÊNCIAS
DESSA MODALIDADE
DE CRIME AUMENTAM
EM DATAS DE
PAGAMENTO E
FERIADOS

Denuncie

A maior quadrilha especializada em saidinha bancária no DF foi desarticulada no início de maio. Os suspeitos, que chegavam a realizar até seis assaltos em um único dia, dificilmente rendiam as vítimas com menos de R\$ 5 mil. Todos têm extensa ficha de passagem pela polícia por assalto a mão armada. O roubo pode render pena que vai de quatro a dez anos de prisão. Pessoas que já foram condenadas podem responder também por porte ilegal de arma e formação de quadrilha. Denúncias podem ser feitas pelo telefone 197.

Mobilização para tipificar o assédio moral como acidente de trabalho

Alteração na Lei Previdenciária vigente depende de grande organização dos trabalhadores, incluindo os bancários, para a aprovação do projeto de lei 7.202/2010, que tipifica o mal e coíbe os assediadores



Foto: Agência Brasil

É PRECISO
MOBILIZAR TODAS
AS CENTRAIS E OS
SINDICATOS DE
TODO PAÍS PARA
PRESSIONAR OS
PARLAMENTARES A
VOTAREM A FAVOR
DO PROJETO

➔ RODRIGO COUTO

A pontado como um dos maiores problemas enfrentados pelos bancários – oito em cada dez funcionários de bancos confirmaram a informação em pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contrafut) – o assédio moral pode ser tipificado como acidente de trabalho, o que pode garantir benefício previdenciário às vítimas desse mal. É o que prevê o projeto de lei 7.202/2010. Polêmica, a proposição tem um árduo caminho a percorrer nas comissões da Câmara dos Deputados e do Senado.

O deputado federal Ricardo Berzoini (PT-SP), um dos cinco autores da proposta, prevê dificuldades para aprovação da iniciativa no Congresso Nacional. “É preciso mobilizar todas as centrais e os sindicatos de todo o país para pressionar os parlamentares a votarem a favor do projeto”, conclama Berzoini, que também é bancário do Banco do Brasil. A proposição equipara, para fins da Lei de Benefícios da Previdência Social (8.213/91), a ofensa moral intencional sofrida pelo empregado durante a sua atividade a acidente de trabalho.

A legislação atual prevê, entre os tipos de agressão, apenas a ofensa física e desde que motivada por fato relacionado ao emprego como hipótese de equiparação a acidente laboral. Na avaliação de Berzoini, as diversas formas de violência psicológica, como o assédio moral, representam cada vez mais um fator de risco no ambiente de trabalho. “Essas práticas podem causar danos à saúde física e mental não só daquele que é atingido, mas de todos que testemunham o ato”, destaca. Aos que são contrários ao projeto, Berzoini manda um recado: “Quem conhece o mundo do trabalho e depende da renda para sobreviver sabe que a ofensa moral cria sequelas graves e com prejuízos ao país”.

A LEGISLAÇÃO ATUAL PREVÊ, ENTRE OS TIPOS DE AGRESSÃO, APENAS A OFENSA FÍSICA

A proposta integra um pacote de 19 projetos de lei encaminhados pelas centrais sindicais, incluindo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que alteram a Lei de Benefícios da Previdência Social para ampliar os direitos aos trabalhadores.

Desde 2009, a Contraf-CUT vem realizando amplo debate para mobilizar os trabalhadores do ramo financeiro em torno dos 19 projetos de lei para garantir mais benefícios à classe trabalhadora. “Foram três seminários e uma série de atividades em todo o país para aprovação dessa pauta. Não vamos descansar. Acompanhamos de perto a tramitação das propostas e estamos preparando novos passos em defesa da alteração na Lei de Benefícios da Previdência Social”, observa o secretário de Saúde do Trabalhador da Contraf-CUT, Plínio Pavão.



O SERVIÇO JÁ RECEBEU DIVERSAS DENÚNCIAS. TODAS ESTÃO SENDO APURADAS E OS DENUNCIANTES TERÃO RESPOSTA DO SINDICATO

Como forma de pressionar os parlamentares a votarem favorável às proposições, Plínio sugere que as entidades sindicais ‘adotem’ os deputados federais de seus respectivos estados que integram as comissões permanentes por onde os projetos de lei tramitam ou tramitarão. “Esse contato permanente com o parlamentar pode fazer a diferença na hora da votação das propostas”, acrescenta.

Diretora da CUT do Distrito Federal e da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CN), Conceição de Maria Costa diz que “a violência moral, mesmo não sendo novidade no mundo do trabalho, ainda não é relacionada automaticamente com suas consequências”. Em sua opinião, a aprovação do projeto de lei 7.202/2010 também pode reduzir a banalização desse tipo de violência no ambiente profissional. “Sem falar na diminuição dos casos de trabalhadores com doenças físicas e mentais provocados pelo assédio moral”, acredita.

Para se ter uma ideia do crescimento dos casos de assédio moral no país, a prática já é um dos assuntos mais analisados pela Justiça brasileira. Somente em 2010, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou 656 casos.

Conquista histórica

Com a força da mobilização na Campanha Nacional do ano passado, os bancários, depois de anos reivindicando uma cláusula na convenção coletiva para combater o assédio moral, conquistaram acordo aditivo inédito para coibir o mal. O texto, assinado em janeiro de 2011, estabelece, pela primeira vez na história das relações de trabalho no Brasil, mecanismos de prevenção e combate ao assédio moral dentro dos bancos. Uma das grandes conquistas da campanha de 2010, o acordo define um canal específico para apurar as denúncias dos bancários, que poderão ser encaminhadas pelos sindicatos aos bancos.

No Distrito Federal, o bancário que se sentir vítima de assédio moral já pode acessar o site do Sindicato (www.bancariosdf.com.br) e formalizar uma denúncia. Após apurada e confirmada, ela é enviada pelo Sindicato ao banco, que terá então um prazo de até 60 dias para dar uma resposta. “Em pouco mais de um mês de funcionamento, o serviço já recebeu diversas denúncias. Todas estão sendo apuradas e os denunciadores terão resposta do Sindicato”, informa Fabiana Uehara Proscholdt, secretária de Saúde e Condições de Trabalho do Sindicato. 



Teste se você sofre assédio moral

Cada vez mais presente no ambiente de trabalho, o assédio moral é um dos graves problemas enfrentados por bancários e outros trabalhadores na atualidade. Para saber se você é vítima do mal, o psicólogo da Clínica do Trabalho do Sindicato Vitor Barros Rego preparou um teste rápido para identificar o assédio moral no ambiente profissional. Se algumas dessas situações hostis abaixo for rotina em seu dia a dia, significa que você tem grande probabilidade de sofrer assédio moral. Acesse o site www.bancariosdf.com.br e denuncie a prática.



Você é cobrado constantemente por resultados difíceis de serem alcançados.



As relações interpessoais são marcadas por atitudes de cinismo e/ou por total frieza.



Os resultados e desempenhos são comparados de forma explícita.



As premiações são distribuídas de forma injusta.



As oportunidades de ascensão profissional são restritas a um seleto grupo.



As metas são estipuladas de forma arbitrária.



A comunicação entre as pessoas é confusa. Falam uma coisa, mas escrevem outra em e-mail e comunicados internos.



Os funcionários são estimulados a serem competitivos a qualquer custo.



As punições são utilizadas como forma de ameaça para garantir algum resultado.



Há constantes ameaças para perda do emprego, ou da comissão ou do cargo ocupado.



Os horários para as atividades do dia (tanto as referentes ao trabalho quanto as de cunho pessoal, como almoço ou idas ao banheiro) são cronometradas.

O desafio da conciliação

A dura tarefa de duas bancárias de se equilibrar entre os cuidados com a família e as exigências da vida profissional

➔ PRICILLA BEINE

Se dedicar aos filhos sem abrir mão da carreira tem sido a realidade de muitas brasileiras que, depois da maternidade, enfrentam a difícil tarefa de ter que conciliar a chegada do bebê com o trabalho. Embora as empresas digam que a profissional é avaliada pelo seu desempenho no exercício da função, muitas mulheres ainda se sentem ameaçadas por quem ainda não tem filhos e não precisa se dividir entre as atribuições maternas e profissionais.

Pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgada em 2010 mostra que as mulheres trabalham cinco horas semanais a mais do que os homens. Segundo o levantamento, elas têm uma jornada total semanal de 57,1 horas: 34,8 horas dedicadas ao trabalho e 20,9 horas de atividades domésticas. Já a jornada dos homens é de 52,3 horas semanais, sendo 42,7 horas de jornada de trabalho e 9,2 horas de atividades domésticas.

A vontade de desempenhar os dois papéis - de mãe e de profissional - com perfeição, mais comum em quem teve o primeiro filho recentemente, mais atrapalha do que ajuda. É essa a opinião da psicóloga Caroline Guerra Santana. "Isso



BANCO DO BRASIL



Foto: Priscilla Beine

NÃO É UMA REALIDADE SÓ MINHA. EXISTEM OUTRAS MÃES TRABALHANDO E QUE PRECISAM SE DESDOBRAR. SERIA INTERESSANTE QUE AS EMPRESAS CRIASSEM FORMAS DE RECEPCIONAR QUEM ESTÁ VOLTANDO

Luciana Bulhão

exige muito da mulher. Exige dedicação, tempo e, principalmente, paciência. As mulheres já têm dupla, às vezes tripla jornada, então esse período de mudança precisa ser encarado de forma tranquila pela nova mamãe”, esclarece a psicóloga.

Caroline diz também que o período da licença maternidade é fundamental para que a criança e a mãe consigam partir para a nova rotina sem traumas. “Se já existe essa conquista tão importante, o melhor é que a mulher desfrute dela de forma plena”, incentiva. Sobre a insegurança em relação ao trabalho, ela diz que as mulheres são número expressivo no mercado de trabalho. “Não acredito que alguma empresa séria deixaria de contratar ou promover alguém competente e qualificado unicamente por ser mãe”, diz.

É exatamente o medo de não ter oportunidades por estar retornando da licença maternidade que atinge Luciana Bulhão. A bancária do Banco do Brasil, que voltou ao trabalho há pouco menos de dois meses, confessa estar apreensiva com sua carreira. “É preciso estar sempre se reciclando, participando de cursos, treinamentos e, nesse período, sinto que tenho menos tempo para me dedicar”, explica.

Luciana conta que a opção encontrada para não comprometer seu trabalho no banco com frequência foi dividir as tarefas com o marido. “Não é uma realidade só minha. Existem outras mães trabalhando e que precisam se desdobrar. Seria interessante que as empresas oferecessem atividades e criassem formas de recepcionar quem está voltando depois de um período de licença”, sugere a bancária.

Quem já passou por essa experiência diz que é difícil, mas vale a pena. Bancária do Itaú Unibanco há 27 anos, Denisea Silva Abreu é mãe de dois rapazes, de 22 e 21 anos, e revela que o mais difícil foi a correria dos primeiros meses. “Na época eram apenas três meses de licença (atualmente as bancárias usufruem de seis meses). Quando voltei, eu tinha duas horas de almoço e não tinha carro, então ia para casa, amamentava e voltava logo em seguida, muitas vezes sem ter almoçado”, conta.

Denisea diz que o medo que as mães de primeira viagem sentem quando precisam voltar ao trabalho é compreensível, mas normal. “A gente fica ansiosa, temerosa, mas depois você vê que tudo foi muito gratificante. Ver os filhos crescidos, saber que você conseguiu superar todos os obstáculos e desafios é algo inigualável”, destaca.

Ter passado por todas as áreas do banco é uma prova do que é se dedicar ao trabalho e aos filhos, sem deixar nenhum de lado. Para Denisea, que sempre recebeu incentivo dos chefes, não existe arrependimento. “As barreiras vão existir sempre. Se você quer trabalhar e ser mãe, vai precisar se sacrificar um pouco, mas preciso dizer que é um sacrifício que vale a pena”. ■

VER OS FILHOS CRESCIDOS, SABER QUE VOCÊ CONSEGUIU SUPERAR OS OBSTÁCULOS, É ALGO INIGUALÁVEL

Denisea Silva Abreu



A bancária do Itaú Unibanco Denisea Abreu, com o marido e os dois filhos



Trabalhadores com assento garantido

Governo atende reivindicação dos trabalhadores, que poderão agora participar das decisões que afetam o seu dia a dia - avanço que aprimora o processo de gestão nas empresas

nas estatais

➔ ANDRÉ SHALDERS

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, assinou no dia 11 de março (foto) a Portaria nº 26, que regulamenta a Lei 12.353/10, determinando a participação de representantes de trabalhadores nos conselhos de administração de empresas públicas ou de economia mista com mais de 200 funcionários, em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto. A presidenta Dilma Rousseff participou da solenidade de assinatura da portaria.

O conselho de administração é o órgão que faz a intermediação entre a direção da empresa e os acionistas. Além de fiscalizar a atuação dos executivos, é também da sua alçada a tomada de decisões estratégicas.

De acordo com o próprio governo, a medida deve valer para 59 empresas públicas. Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste (BNB), Banco da Amazônia e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, estão entre as instituições do sistema financeiro abrangidas pela portaria. O representante será eleito pelo voto direto dos trabalhadores e o processo eleitoral será organizado pelas entidades sindicais e pelas empresas.

Trata-se de uma antiga reivindicação dos trabalhadores, negociada ainda durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto de lei começou a tramitar ainda em 2008, por autoria do atual ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, bancário do Banco do Brasil e então responsável pela pasta do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Carlos Cordeiro, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (Contraf-CUT), vê a medida como uma “conquista da sociedade” e abre espaço inclusive para a obtenção de uma cadeira dos trabalhadores no Conselho Monetário Nacional, “uma instituição cujas decisões afetam diretamente a vida da classe trabalhadora em geral”.

Jacy Afonso, secretário de Organização da CUT



Para o ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília e atual secretário de Organização da CUT nacional, Jacy Afonso, que ajudou na elaboração do texto e acompanhou a tramitação da proposição no Congresso Nacional, a figura de um representante dos trabalhadores vai contribuir para a solução de conflitos nas companhias.

Jacy explica: “A lei 12.353/10 é importante porque dá aos trabalhadores a possibilidade de conhecer, através do representante, a visão estratégica da empresa. Esses representantes serão os olhos e ouvidos dos trabalhadores na tomada das decisões importantes das estatais”, observa Jacy Afonso, que também é bancário do Banco do Brasil.

Jacy Afonso não vê possibilidade de que a indicação do conselheiro – eleito pelos trabalhadores – venha prejudicar a autonomia das entidades sindicais. “O que não pode acontecer é o sindicato ser substituído pelo representante. Isso para nós é positivo, porque obriga os sindicatos a terem uma relação próxima com a base. Não acho que isso possa prejudicar a autonomia dos sindicatos. Cabe a eles fazerem com que o conselheiro cumpra efetivamente seu papel, fazendo os repasses para a base com qualidade e mantendo-a a par da discussão na empresa”, opina Afonso. 



O correspondente é uma fraude

Em vez de cumprir o importante papel de inclusão bancária, os correspondentes tornaram-se instrumento de fraude trabalhista. Os empregados sofrem com ausência de direitos e péssimas condições de trabalho. Movimento sindical denuncia a precarização do emprego embutida nas novas normas do Banco Central

→ ANDRÉ SHALDERS

O Conselho Monetário Nacional (CMN) editou no dia 24 de fevereiro deste ano uma resolução que alterou as regras para o funcionamento dos correspondentes bancários. A medida foi amplamente noticiada pela imprensa, mas poucos veículos se dispuseram a analisar a decisão dentro do contexto apropriado. Para a maior parte da população, o fato relevante foi o CMN ter liberado os correspondentes bancários para realizarem operações de câmbio no valor de até US\$ 3.000,00.

Passados 35 dias, o Banco Central (BC) fez um adendo à resolução, publicado no dia 31 de março. Se a resolução em si já fora pouco noticiada, o adendo foi praticamente

te ignorado, de forma incompatível com a profundidade das mudanças que traz à atividade bancária. “Trata-se da precarização do emprego”, sintetizou o secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT, Miguel Pereira, ao avaliar a resolução e seu adendo.

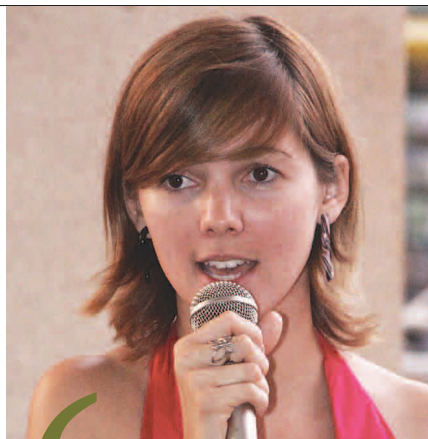
“A resolução do dia 24 de fevereiro não permitia que o correspondente bancário atuasse exclusivamente nessa atividade e proibia que os bancos tivessem seus próprios correspondentes. Depois de 35 dias, a norma foi modificada exatamente nesses dois pontos. Então agora o banco pode deter um estabelecimento que é exclusivamente correspondente. Na prática, é uma agência terceirizada”.

Além disso, continua Miguel, “o adendo permite que os correspondentes possam usar logomarcas e tipos similares às instituições financeiras. Geralmente público de menor renda é um público com menos consciência dos seus direitos. Se em relação aos bancos as reclamações no Procon já são constantes, imagine agora, que esse público irá se relacionar com um estabelecimento que se parece com um banco, mas sem as garantias do sistema financeiro?”

Em linhas gerais, a nova resolução traz algumas novidades, além da possibilidade de os correspondentes realizarem operações de câmbio. Os bancos e financeiras que trabalham com correspondentes serão obrigados, a partir de agora, a contar com uma diretoria específica para fiscalizar e regular o trabalho dos mesmos. Além disso, quando o correspondente atuar na área de concessão de crédito, deverá contar com funcionários capacitados e certificados para tal. Essas medidas objetivam aumentar o controle sobre a atividade, mas sem garantir melhorias na segurança dos clientes ou mais direitos para os trabalhadores.

As mudanças também incluem a substituição do termo “sociedades empresariais” pela expressão “sociedades”, ampliando o leque dos correspondentes para cooperativas e até mesmo para empresas públicas, como no caso dos Correios. “Na nossa visão, o BC está estimulando uma prática de terceirização ilegal através dessa resolução, já que existe jurisprudência no sentido de proibir a terceirização da atividade-fim das empresas”, afirma Miguel.

No dia 10 de maio, o deputado federal Ricardo Berzoini (PT-SP) apresentou no plenário da Câmara dos Deputados o Projeto de Decreto Legislativo nº 214/2011, que tem



ATUALMENTE AS EMPRESAS TÊM SEGMENTADO O TIPO DE TRABALHO TAL QUAL SEUS PRODUTOS

por objetivo revogar as recentes resoluções do Banco Central. A proposta conta com o apoio dos sindicatos de bancários e da Contraf-CUT, que aprovou, no dia 11 de maio, em reunião da Direção Nacional, documento em que condena as resoluções da autoridade monetária.

Disputa constante

A nova resolução e seu adendo são a síntese de uma disputa que vem sendo travada ao longo dos últimos anos entre bancos, entidades sindicais, governo e justiça trabalhista. Para o movimento sindical resta claro que a expansão dos correspondentes bancários, da forma como praticada pelos bancos, amplia a terceirização no sistema financeiro e desregulamenta a prestação de serviços no setor, desregula na prática a atividade bancária, além de trazer riscos para a segurança das transações financeiras tanto de clientes quanto de usuários em geral.

Conforme revelou o jornal Valor Econômico, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) encaminhou ao Banco Central, já em meados de janeiro deste ano, um documento onde pede que o BC, na nova regulamentação, evite classificar os estabelecimentos dos correspondentes bancários como instituições financeiras.

A Febraban é muito clara no documento: o objetivo é evitar que os trabalhadores desses estabelecimentos exijam os mesmos direitos conquistados pelos bancários. Segundo a Febraban, isso elevaria “às alturas” os custos da rede de correspondentes bancários, planejada justamente para ser um canal barato de atendimento nas regiões onde não há agências - fugindo assim dos custos na prestação de ser-

viços e dos direitos garantidos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos bancários.

“Atualmente as empresas têm segmentado o tipo de trabalho tal qual seus produtos. Assim, diminuem os custos de produção, mas às custas da precarização das condições de trabalho, ocasionando perda da qualidade de vida e trazendo consequências também para a sociedade. O movimento sindical atua na organização de categorias por ramos, como o ramo financeiro. Estamos na luta constante para defesa desses trabalhadores e juntos conquistarmos a inclusão de todos, não como terceirizados, mas realmente como trabalhadores do ramo financeiro”, destaca Talita Régia, diretora do Sindicato.

A preocupação da Febraban não é despropositada. Nos últimos anos, alguns correspondentes bancários têm obtido sucesso ao acionar a justiça trabalhista para obter a equiparação de direitos com a categoria bancária. É o caso de Sarita de Silveira Souza. Ela trabalhou como correspondente do Unibanco entre 2005 e 2008, em Porto Alegre. Ao fim do contrato, ela ajuizou uma ação no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, solicitando o pagamento de todos os direitos devidos aos bancários da instituição, como registro na carteira de trabalho, pagamento do FGTS, PLR e outros benefícios.

Na sentença, o juiz relator do caso, Luiz Alberto de Vargas, escreveu que “Por certo uma simples Resolução do Banco Central do Brasil não revoga dispositivos legais que dizem com a formação de vínculo de emprego (no caso, arts. 2º e 3º da CLT)”, referindo-se à resolução do CMN nº 3.110 de 2003, que regulava a atividade dos correspondentes bancários à época. A sentença lembra ainda que “Nos termos do art. 9º da CLT, serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação”. O Tribunal decidiu favoravelmente à correspondente bancária, entendendo que o banco havia terceirizado sua atividade fim ao contratar os seus serviços.

A julgar pelas atividades realizadas pela maioria dos correspondentes bancários, a decisão do Tribunal foi acertada. Além do pagamento de contas e boletos, os correspondentes bancários hoje realizam movimentações em contas, vendem produtos bancários e atuam até mesmo na concessão de crédito.

Além da Febraban, outros atores se mobilizaram a fim de influenciar na decisão tomada pelo CMN. Além do movimento sindical bancário, associações como a ABBC (que representa bancos pequenos e médios no país) e a Aneps, representantes das empresas promotoras de vendas, também entraram em campo. Durante as discussões, até mesmo a expressão





“correspondente bancário” esteve em jogo. A Febraban e os bancos em geral já se referem a esses profissionais simplesmente como “correspondentes”, a fim de afastar a interpretação de que o trabalho dos correspondentes tenha alguma semelhança com o dos bancários.

Inclusão bancária

Num estudo publicado no início deste ano, intitulado Bancos: exclusão e serviços, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que cerca de 40% dos brasileiros estão excluídos do acesso aos serviços bancários por não possuírem uma conta. Esse percentual é ligeiramente maior nas regiões Norte e Nordeste e entre as menores faixas de renda.

No Brasil, esse problema ainda é grave: em 2009, havia 1.991 municípios brasileiros que não contavam com nenhuma agência bancária e com nenhum Posto de Atendimento Bancário (PAB). A exclusão bancária também obedece a um critério geográfico: enquanto a região Sudeste contava, em 2009, com mais de 11 mil agências, na região Norte eram apenas 799.

“Além de ser uma fraude trabalhista, os correspondentes também violam a ideia de inclusão bancária, uma vez que não são encontrados nas regiões desassistidas de agências bancárias. Quase 100% deles estão localizados próximos aos bancos, servindo somente para desafogar o fluxo de clientes e usuários, principalmente os de baixa renda, promovendo um verdadeiro apartheid social”, frisa Eduardo Araújo, diretor do Sindicato. “Os pobres continuam precisando se deslocar ao centro da cidade, gastando tempo e dinheiro com transporte, e ainda assim tendo que se

submeter a um atendimento precarizado. Que inclusão é essa, afinal?”, acrescenta.

Enquanto o estado de São Paulo, o mais bancarizado do país, conta atualmente com mais de 40 mil pontos de correspondentes, os estados do Acre, do Amapá e de Roraima possuem, juntos, menos de mil pontos de correspondentes. De fato, não é incomum ver pontos de correspondentes bancários situados próximos às agências bancárias ou aos PABs nas grandes cidades brasileiras, inclusive em Brasília (veja foto de capa).

O correspondente bancário surge oficialmente no país na década de 1970, com a



ALÉM DE SER UMA
FRAUDE TRABALHISTA,
OS CORRESPONDENTES
TAMBÉM VIOLAM A IDEIA
DE INCLUSÃO BANCÁRIA

Circular 220 do Banco Central, de 1973. No entanto, é durante os anos 1990 que a figura do correspondente ganha relevância. Naquela década, os maiores bancos do país iniciam um movimento em direção aos grandes centros urbanos, fechando agências nas cidades menores. As normas relativas aos correspondentes e à prestação de crédito por redes varejistas seriam consolidadas no fim da década pelo BC com a resolução 2.640/99.

A expansão dos correspondentes bancários continuou durante a década passada. Do início do ano 2000 até março de 2011, o número de pontos de atendimento de correspondentes bancários saltou de meros 13.731 para 181.681 – ou seja, um aumento de 1.323%. O banco com o maior número desses profissionais contratados hoje é o Bradesco, com 32.942 instalações. Logo atrás vem a Caixa Econômica Federal, com 32.712. Juntas, as quatro maiores instituições financeiras com mais correspondentes contratados (Bradesco, Caixa, Banco do Brasil e Aymoré Financeira) controlam mais de 60% dos pontos de atendimento.

Mesmo com essa expansão impressionante, os correspondentes não resolveram o problema da distribuição desigual dos serviços bancários. E isso tem seu preço. A dificuldade de acesso aos produtos bancários é um entrave à inclusão social e ao desenvolvimento do país, pois dificulta a inserção no mercado de trabalho, o acesso ao crédito e à proteção social. A oferta dos serviços bancários é importante ainda para o desenvolvimento de regiões que não contam com agências bancárias, por aumentar o fluxo de capital nesses lugares. ■

Leia na página 24 entrevista com técnico do Ipea responsável pelo estudo “Bancos: Exclusão e Serviços”

'A exclusão bancária em para a inform

➔ **ANDRÉ SHALDERS**

Fabio Schiavinatto é técnico em Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Ele foi responsável pela elaboração do estudo intitulado Bancos: Exclusão e Serviços, que faz parte da série chamada Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), elaborado pelo IPEA. O estudo chamou atenção da mídia ao revelar que quase 40% dos brasileiros ainda estão excluídos do sistema bancário, por não possuírem uma conta. O objetivo da pesquisa era conhecer melhor a forma como o brasileiro lida com o sistema bancário. Na entrevista a seguir, Fabio comenta alguns aspectos do fenômeno da exclusão bancária que atinge o país, que será aprofundado em novas pesquisas, e afirma que os bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal, podem interferir nesse processo de modo a mudar essa realidade.

Extratos: O estudo "Bancos: Exclusão e Serviços" mostra que existe uma grande parcela da população ainda sem acesso aos serviços bancários. Como essa realidade afeta o desenvolvimento econômico do país?

Fabio Schiavinatto: Considerando que a pesquisa foi aplicada a maiores de 18 de anos e que o percentual de pessoas que disseram não possuir conta em banco foi de 39,5% dos entrevistados e ainda que 40,6% destes manifestaram desejo de ter uma conta bancária e 26,6% foram além deste desejo, ou seja, se consideraram em condições formais e econômicas de tê-la, podemos estimar, em uma

rápida conta, que este percentual representa um contingente de cerca de 12 milhões de brasileiros dispostos a abrir uma conta bancária, a suportar os encargos desta e provavelmente a consumir produtos e serviços disponibilizados pelo sistema. A exclusão deste número significativo de pessoas do sistema bancário acaba por empurrá-las para o mercado informal, onde os custos das operações financeiras são mais altos, elas têm um grau de insegurança maior e inexistente qualquer ordem regulatória, como, por exemplo, a tomada de crédito, cujas alternativas fora do sistema bancário recaem basicamente sobre financeiras (com juros e encargos



bastante superiores), amigos e familiares e mesmo, infelizmente ainda, na agiotagem. Obviamente, esta situação não contribui para o desenvolvimento econômico, pois tira destas pessoas oportunidades transacionais de negócios (nano e micro empreendimentos), dificulta a colocação no mercado formal de trabalho e, o que é ainda mais cruel, atinge diretamente a cidadania, colocando-os em uma situação de inferioridade perante os incluídos no sistema.

Extratos: No estudo, aponta-se que apenas 4,5% dos brasileiros

veem a principal função dos bancos como a de prover crédito. É uma taxa baixa em relação a outros países? Como se poderia elevá-la?

Fabio: A percepção das pessoas em relação à função dos bancos de conceder crédito (objeto do negócio bancário) realmente se mostrou muito reduzida. Não temos estudos comparativos que possam ratificar esta baixa percepção em relação a outros países, mas acredito que os índices sejam muito superiores aos apontados na pesquisa. Explicações para esta baixa percepção podem estar na

**QUASE 40% DOS BRASILEIROS
AINDA ESTÃO EXCLUÍDOS DO
SISTEMA BANCÁRIO**

purra as pessoas alidade'



característica conservadora do modelo de negócios das instituições bancárias brasileiras que acabam por dificultar o acesso ao crédito para as pessoas (físicas), principalmente as de menor renda e, na condução da política econômica, especialmente a monetária, com um histórico de juros elevados que, sem dúvida, refletem nas taxas praticadas para o cliente final, inibindo assim a prática de tomada de crédito.

Extratos: Quais os efeitos dessa política de juros altos para o consumidor bancário?

Fabio: Um indício do efeito das altas

taxas de juros praticadas pelo mercado em função da própria política monetária pode ser verificado (resultado apontado na pesquisa) pelo índice apurado na faixa etária entre os 45 e 54 anos (o menor entre as categorias), pois esta faixa corresponderia, nos anos 80, às pessoas entre 15 e 24 anos, ou seja, a primeira fase, vamos chamar assim, do relacionamento entre banco e cliente que se estabeleceu em um ambiente de índices inflacionários elevadíssimos e consequentemente de taxas de crédito também elevadas. Isso pode ter produzido, de alguma forma, uma certa aversão ao crédito.

Extratos: Que medidas o Estado poderia tomar no sentido de contrabalancear a política dos bancos, demonstrada no estudo, de evitar as menores faixas de renda e as regiões menos desenvolvidas?

Fabio: O mercado bancário é caracterizado pela intensa concentração e forte concorrência, além do elevado índice de automação, devido ao desenvolvimento tecnológico. Logo, a busca por eficiência e consequentemente lucros é um norteador para a gestão financeira dos bancos e, sendo assim, eles não vêem muitos atrativos nas camadas de mais baixa renda, justificando a pouca reciprocidade e retorno oferecidos por essas contas. Esses cálculos, porém, levam em conta a análise individual, desconsiderando um provável ganho de escala, pois estamos falando de um estoque

de 12 milhões de contas, o que, no meu entender, não é nada desprezível. Relativamente à iniciativa privada, e levando em conta que a maior parte dos excluídos do sistema bancário se encontram nas regiões menos desenvolvidas (Norte e Nordeste), ela poderia e deveria desenvolver modelos de negócios alternativos que levassem em conta as características econômicas, sociais, culturais e até geográficas destas regiões. Isso porque apenas replicar os modelos utilizados para as regiões mais desenvolvidas (Sul e Sudeste) não vai bastar para absorver este estrato da população que deseja e se sente habilitado a ter uma conta bancária. O Estado, por seu lado, poderia agir neste mesmo sentido através dos bancos públicos, especialmente a Caixa Econômica Federal, pois o Banco do Brasil tem capital aberto e por isso tem de atuar de maneira mais pragmática em busca de lucros para os seus acionistas.

Extratos: Que conclusões o estudo permite, em termos de propostas para uma eventual reforma do Marco Regulatório do Sistema Financeiro Nacional?

Fabio: Em relação à regulamentação do sistema bancário, proposta em permanente discussão (constitucional), o estudo não pode oferecer contribuições, pois sua abordagem se aplica à percepção da sociedade em relação ao sistema bancário, não fornecendo desta forma elementos objetivos para tal análise.

Fotos: Agnaldo Azevedo



A EXCLUSÃO
DESTE NÚMERO
SIGNIFICATIVO
DE PESSOAS DO
SISTEMA BANCÁRIO
ACABA POR
EMPURRÁ-LAS
PARA O MERCADO
INFORMAL, ONDE
SÃO MAIS ALTOS
OS CUSTOS DAS
OPERAÇÕES
FINANCEIRAS, QUE
TÊM UM GRAU DE
INSEGURANÇA
MAIOR, E INEXISTE
QUALQUER ORDEM
REGULATÓRIA



Pioneiro no país, projeto Cão-Guia de Cegos pede socorro

→ THAÍS ROHRER

Sediada em Brasília, a Associação Brasileira de Ações Comunitárias (ABA), mantenedora da iniciativa, corre o risco de fechar as portas por falta de apoio governamental

Andando pelas ladeiras, becos ou ruas de Salvador (BA), as pessoas podem avistar uma nova dupla inseparável. Os companheiros são Marcelo Carvalho, 32 anos, e o cão da raça labrador chamado Porsche. A cumplicidade é a marca registrada entre os deficientes visuais e os cães-guias, que proporcionam mais independência aos cegos. “O Porsche é meus olhos. Ele é meu companheiro na maioria do dia e posso fazer muitas coisas que não seriam possíveis com o auxílio da bengala”, ressalta Marcelo.

Algumas tarefas fáceis para a maioria das pessoas são uma verdadeira batalha para os cegos. Deficiente visual desde os cinco anos de idade, Marcelo já passou por situações complicadas nas ruas. Bateu a cabeça em orelhões, caiu em buracos e esbarrou

em carros estacionados nas calçadas, entre tantos outros percalços. Com o cão-guia, ele pode ir ao trabalho de forma mais tranquila e andar mais seguro pela cidade, mesmo nos locais que não percorre habitualmente. “Ele é praticamente uma parte de mim. Eu fico mais tranquilo para trabalhar, namorar e passear”, conta.

A amizade de Marcelo e Porsche teve início em Brasília graças ao Projeto Cão-Guia de Cegos da Associação Brasileira de Ações Comunitárias (ABA). Depois que soube do projeto, Marcelo se inscreveu e entrou na fila de espera para ser usuário do cão-guia. No início de 2011, desembarcou na capital federal para passar por um período de adaptação com Porsche no alojamento do projeto. Na sequência, seguiu com Porsche e o treinador do projeto cão-guia Franklin Amorim para Salvador.

A fase de adaptação entre os dois é importante para que Marcelo saiba identificar o significado das paradas e dos movimentos de Porsche, bem como saber utilizar as palavras adequadas para a comunicação com o cachorro. “O cão-guia precisa dos cuidados naturais de um animal e, durante a adaptação, o deficiente vai saber como o cachorro foi adestrado e como ele deve agir no dia a dia”, observa Amorim, treinador de cães-guias há cinco anos.

Porsche é o único cão-guia de Salvador. O Brasil possui aproximadamente 70 cães-guias na ativa. Desse total, 35 foram treinados e entregues pela ABA. Em 2011, a expectativa da organização não governamental é entregar oito cães-guias.

Para Marcelo, a deficiência não é empecilho para seguir com seus planos e sonhos. “Sou uma pessoa comum, apenas tenho que adaptar a algumas situações porque sou cego, mas isso não é motivo para eu me vitimizar diante da sociedade. Com o tempo vou buscando possibilidades que me facilitem a vida, como o cão-guia”, diz. Servidor público em Salvador, Marcelo é bacharel em direito e cursa a terceira pós-graduação.

Ele é um dos 1,25 milhão de cegos que vivem no Brasil, segundo dados do Conselho Brasileiro de Oftalmologia. Outras quatro milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência visual no país.



TUDO É RECOMPENSADO QUANDO A GENTE VÊ O BEM QUE O CÃO-GUIA FAZ ÀS PESSOAS. O EROS ESTÁ EM VILA VELHA (ES) E EU JÁ ME ENCONTREI COM O DEFICIENTE VISUAL QUE É USUÁRIO DELE. ELE ME CONTOU O QUE MELHOROU EM SUA VIDA. FICO FELIZ DE TER PARTICIPADO DISSO

Paulo Roberto Caldas

Livre acesso

A Lei Federal nº 11.126, de 2005, regulamentou o uso de cães-guias em todos os estados da Federação e no Distrito Federal, garantindo o livre acesso desses animais em locais públicos e privados, transportes urbanos, rodoviários e aeroviários, shoppings, entre outros ambientes.

Apesar da legislação, deficientes visuais ainda passam por constrangimentos em alguns locais quando estão com os cães-guias. “Costumo dizer que o cão-guia também tem um papel social. Ele transforma a vida do deficiente e mostra novas possibilidades para a população. Em Brasília, as pessoas já estão mais acostumadas com os cães-guias, no entanto, em outras cidades é mais complicado. Por isso, ainda há preconceito”, afirma Marcelo.

A ABA estima que Brasília tenha 20 cães-guias na ativa. A média de trabalho do animal é de oito anos. Os cães nascem no canil na Academia de Bombeiro Militar do Distrito Federal, no Setor Policial Sul. Com dois meses, vão para a casa da família hospedeira selecionada. Eles passam pela fase de convívio social e, quando completam um ano de idade, retornam para o treinamento, que dura de seis meses a um ano.



Socialização

Zara é uma fêmea de labrador cor de chocolate com um ano e meio de idade e já é conhecida na vizinhança. A criancinha passa e já cumprimenta a cadela. Ela está sob os cuidados de Paulo Roberto Caldas, que está como família hospedeira no processo de socialização do Projeto Cão-Guia. Ele tem uma longa história com os cães do projeto. Já é o terceiro animal que hospeda para a socialização.

O trabalho como família hospedeira começou quando Paulo conversou com um deficiente visual que passava pelo metrô. “Eu trabalho no metrô e comecei a puxar papo sobre o cão-guia que andava com ele, que me contou do projeto e acabei visitando o canil e conhecendo mais sobre o trabalho da ONG. Até que resolvi participar da seleção para família hospedeira”, lembra Roberto.

O metroviário hospedou o primeiro cão para socialização em 2007. Foi o Eros, um macho cor de caramelo. O segundo foi Ohana, uma fêmea preta. Ele conta que cada um dos cães tem um temperamento diferente: Eros é mais fechado; Ohana, mais obediente; e Zara, mais companheira.

Os três cães hospedados por Paulo Roberto em sua casa tiveram sucesso no treinamento para guia de cegos e estão na ativa. “Tudo é recompensado quando a gente vê o bem que o cão-guia faz para as pessoas. O Eros está em Vila Velha (ES) e eu já me encontrei depois com o deficiente visual que é usuário dele. A pessoa me contou o que melhorou em sua vida. Fico feliz de ter participado disso”, ressalta.

Dificuldades

O Projeto Cão-Guia de Cegos tem parceria com o Corpo de Bombeiros do DF para treinar os animais. A corporação também oferece a estrutura do canil. São seis treinadores bombeiros que se dedicam ao projeto. Os primeiros treinadores receberam a capacitação com os instrutores de cães e de deficientes na Fundação Mira do Canadá.

“É uma emoção muito grande entregar um cão-guia. Estamos proporcionando mais qualidade de vida para um deficiente visual”, relata o treinador Patrício Alencar. “O trabalho é muito gratificante e sabemos da importância na vida do deficiente. O cão-guia é entregue de graça para a maioria dos cegos. Caro e complexo, o treinamento particular de um cão-guia custa em torno de R\$ 30 mil”, acrescenta o também treinador Franklin Amorim.

Fundada em 2001, a ABA não tem patrocinadores, apenas alguns apoiadores.

Atualmente, a ONG atua com funcionários voluntários e alguns parceiros para manter o Projeto Cão-Guia de Cegos e outras atividades desenvolvidas pela entidade. “Eu entrei e continuo na ABA porque sou apaixonada por cachorros e pelo projeto. Já estou com o décimo primeiro cão para socialização”, conta a coordenadora administrativa do Projeto Cão-Guia de Cegos, Maria Lúcia Campos. “Quando as pessoas conhecem mais sobre os projetos da ABA, como o do cão-guia, percebem as mudanças na vida dos cegos. Podemos fazer mais, só precisamos de cooperação e apoio financeiro”, complementa Michele Pöttker, voluntária da ONG.

Presidenta da ABA, Lúcia Maria Bittar conta que sem apoio financeiro o projeto tem enfrentando dificuldades. Alguns cães



O PROJETO PRECISA DE DIVULGAÇÃO. MUITAS PESSOAS AINDA NÃO SABEM QUE EXISTEM OS CÃES-GUIAS

Franklin Amorim

O BRASIL POSSUI APROXIMADAMENTE 70 CÃES-GUIAS. DESSES, 35 FORAM TREINADOS PELA ABA

estão demorando a iniciar o treinamento e um número menor deles está sendo entregue aos usuários (nome dado aos deficientes visuais que recebem os cães-guias). “O projeto precisa de divulgação. Muitas pessoas ainda não sabem que existem os cães-guias e o número de beneficiados é pequeno”, frisa Franklin Amorim.

Os problemas financeiros e administrativos atrapalham o treinamento do futuro cão-guia. A labradora Zara também está nessa situação. “Ela já está com um ano e meio e o ideal era que ela já estivesse no treinamento. Por conta da falta de recursos, ela ainda não começou”, lamenta Paulo Roberto.

Atualmente o projeto possui 91 cães, entre cães-guias, cães em treinamento, reprodutores e filhotes em socialização. Já foram entregues 35 cães-guias espalhados pelo Distrito Federal, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

As famílias hospedeiras e o projeto têm elevados gastos mensais com veterinário e alimentação. O projeto tem parceiros importantes que garantem a manutenção da iniciativa, uma vez que a maioria dos usuários não poderia arcar com as despesas do animal.

Colaboram com o Projeto Cão-Guia de Cegos a Universidade de Brasília (UnB), a Bayer, Diagnopet, Premier Pet, o Centro de Especialidades Veterinárias (CEV) e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. 

Serviço

Quem quiser ajudar o Projeto Cão-Guia de Cegos e/ou hospedar um futuro cão-guia pode entrar em contato com os telefones e pelo e-mail abaixo:

(61) 3245-2290 / (61) 9309-0100
caoguiadf@gmail.com

O que é preciso para ser um cão-guia

- O animal deve ter comportamento dócil e estável, além de ser sociável, atencioso, obediente e de não se distrair facilmente.
- O cão selecionado vai para casa de uma família hospedeira, onde permanece por até dez meses. Em seguida, volta para o canil da ABA e fica de seis meses a um ano em treinamento específico com os treinadores.
- Caso seja aprovados nos testes práticos, o animal passa por um processo de adaptação ao usuário, de forma a adequar o cão à rotina do deficiente físico.
- No Brasil, o labrador é a raça mais utilizada, seguida do golden retriever e do pastor alemão.



Extratos acompanhou de perto o primeiro dia de trabalho do jovem bancário do BRB Victor Lemos Cardoso, 18. Apesar das dificuldades enfrentadas pela categoria, a profissão ainda atrai milhares de pessoas. Em 2010, os bancos abriram 24 mil vagas em todo o país

O primeiro dia a gente **nunca** esquece



➔ RODRIGO COUTO

Navegando pelo site do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe) da Universidade de Brasília (UnB), em 2010, Victor Lemos Cardoso, então com 17 anos e funcionário de uma loja de informática em Luziânia (GO), foi atraído por um edital de concurso para o BRB. O jovem revelou o desejo de concorrer a uma das vagas à instituição financeira para sua avó, que prontamente pagou os R\$ 35 cobrados para a inscrição do certame. A boa notícia da aprovação chegou às suas mãos por um telegrama recebido em 23 de dezembro do ano passado. “Fiquei surpreso. Não espera-

va mesmo. Achei que fosse uma brincadeira de mau gosto”, conta. Empossado em 1º de fevereiro deste ano no Edifício Brasília, sede do banco, Victor começou a trabalhar na agência do Setor de Indústrias e Abastecimento (SIA) oito dias depois da admissão.

O primeiro dia de bancário de Victor, hoje com 18 anos, foi acompanhado de perto pela Extratos. “Não tinha a menor ideia do que fazia um bancário. Depois de acompanhar o dia a dia dos colegas, achei bem tranquilo”, afirma. Para não se atrasar em seu primeiro dia de trabalho, Victor conta que precisou acordar às 6h30 e enfrentar dois ônibus para chegar ao SIA às 11h.

FIQUEI SURPRESO. NÃO ESPERAVA MESMO. ACHEI QUE FOSSE UMA BRINCADEIRA DE MAU GOSTO

Victor Lemos Cardoso

Mesmo com o longo trajeto de mais de 120 quilômetros (ida e volta) entre Luziânia e local de trabalho e o fato de nunca ter trabalhado em um banco, ele fez um balanço positivo de seu primeiro dia como bancário. “Pensei que fosse mais difícil. Mas já estou me sentindo em casa”.

O jovem está lotado na retaguarda da agência, onde vai trabalhar na recuperação de crédito. “Apesar de ser meu primeiro dia de trabalho, já deu para entender como acessar a simulação das cobranças do cheque especial e do cartão de crédito”, explica ele, demonstrando um pouco de intimidade com o vocabulário bancário.

As novas palavras vão, pouco a pouco, sendo descobertas por Victor, que confessa ter ficado intrigado num primeiro momento com a sigla CEB, que significa Cheque Especial Brasília. “Não sabia o que queria dizer essas três letras”, lembra o novo bancário, sindicalizado desde sua posse e que já demonstra interesse em participar das campanhas organizadas pelo Sindicato por melhores condições de trabalho e de salário. “Acho muito importante ficar sabendo das negociações que ocorrem entre o Sindicato e o banco”, acrescenta.

A opção de Victor de se associar ao Sindicato foi correta. Na campanha do ano passado, os bancários e o Sindicato conquistaram no BRB reajuste de 12% sobre o piso, complementos, anuênios e benefícios tais como auxílio creche, tíquete e cesta alimentação. Essa importante valorização do corpo social do banco já é usufruída por Victor.



Sonho

Victor pretende fazer carreira no BRB. “Meu objetivo é trabalhar na Diretoria de Tecnologia (Ditec)”, admite. O bancário faz um curso na área de informática na Escola Técnica de Brasília (ETB).

Com o primeiro salário na conta, Victor convidou a namorada para umas compras em um shopping na área central de Brasília. “Também ajudei minha família”, observa. Até outubro, o jovem pretende comprar seu primeiro carro. Para o futuro, Victor planeja constituir uma família e se mudar em definitivo para Brasília.

Colega de Victor, Emerson Freitas do Carmo, 34, também começou a trabalhar na agência do SIA em 9 de fevereiro deste ano. Casado há quatro anos, Emerson tem

PARA SER BANCÁRIO,
É PRECISO TER MUITA
RESPONSABILIDADE

Emerson Freitas do Carmo

boas perspectivas para o seu futuro no BRB. “Para ser um bancário, é preciso ter muita responsabilidade”, define o paulista, morador de Samambaia.

As instruções da nova profissão foram transmitidas pelo gerente de expediente em exercício Henrique Caixeta, 24. Com dois anos e seis meses de serviços prestados ao BRB, Henrique, que já cresceu profissionalmente, é um exemplo a ser seguido por Victor e Emerson.

Aumento recorde de vagas no sistema financeiro. Mas rotatividade continua

Assim como Victor e Emerson, em 2010, 24.032 bancários foram contratados pelos bancos, o que representa 1,12% dos 2.136.947 postos de trabalho gerados por toda a economia no ano em que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 7,5%, o maior salto dos últimos 25 anos. As informações integram a Pesquisa de Emprego Bancário (PEB) realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-

CUT) em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Apesar do grande número de bancários contratados ano passado, a pesquisa – a oitava já realizada pela Contraf-CUT/Dieese – revelou que a rotatividade da mão de obra permanece alta nos bancos e se man-

tém a discriminação contra as mulheres, que recebem menos que os homens.

No ano passado, os bancos contrataram 57.450 trabalhadores e desligaram 33.418. A remuneração média dos desligados foi de R\$ 3.506,88, valor 37,57% superior ao salário médio de R\$ 2.188,43 dos admitidos. A região Sudeste foi onde os bancos mais abriram postos de trabalho (16.065). O Norte registrou o menor saldo de emprego (981). 



André Nepomuceno
Secretário-geral do
Sindicato dos Bancários de
Brasília, funcionário do BRB
e participante da Regius.

Um futuro melhor com fundos de pensão democráticos

→ ANDRÉ NEPOMUCENO



**COM A PERSPECTIVA
DE QUE AS PESSOAS
VIVAM CADA VEZ
MAIS, É NECESSÁRIA
A GARANTIA DE
QUE O PADRÃO
DE VIDA TAMBÉM
SEJA MANTIDO.
E PARA ISSO NÃO
INVENTARAM NADA
MELHOR QUE OS
FUNDOS DE PENSÃO,
QUE PERMITEM
POUPAR PARA SE TER
UMA RENDA ALÉM
DA APOSENTADORIA
OFICIAL**

Os benefícios que os fundos de pensão geram para o País são mais que conhecidos, pois permitem o desenvolvimento econômico e social e financiamento de longo prazo. Mas é no dia a dia de quem se aposenta que essa garantia para o futuro faz toda a diferença.

Com a perspectiva de que as pessoas vivam cada vez mais, é necessária a garantia de que o padrão de vida também seja mantido. E para isso não inventaram nada melhor que os fundos de pensão, que permitem poupar para se ter uma renda além da aposentadoria oficial. Previ (do Banco do Brasil), Funcef (Caixa), Petros (Petrobras) são exemplos de fundos que pertencem aos empregados das empresas e que detêm patrimônios consideráveis, ajudam o País e garantem a renda de milhares de associados.

Mas outra característica que esses fundos têm em comum é que contam com a participação dos trabalhadores de maneira paritária em sua gestão. O que estamos conquistando neste ano na Regius, fundo de pensão do Banco de Brasília, BRB, do qual tenho orgulho de ser participante.

Essa prática, que já proporcionou nos outros fundos a melhoria da gestão, mais transparência e democracia, só foi conquistada depois de muitos anos de luta do Sindicato e da AFABRB (Associação dos Funcionários Aposentados do BRB).

Por conta disso, após aprovação de todos os órgãos que regulam os fundos de pensão, teremos, pela primeira vez, a eleição de dois diretores pelos empregados da ativa e aposentados, além de eleitos nos conselhos Fiscal e Deliberativo.

E os avanços são maiores ainda porque além dessa gestão paritária, na reforma de estatuto que conseguimos está previsto o fim

do voto de minerva para a diretoria executiva, o que é inédito entre os grandes fundos de pensão brasileiros. Isso quer dizer que nas decisões em que houver posições divergentes entre os beneficiários e a patrocinadora, o banco não poderá tomar a decisão usando o voto qualificado. Luta que os funcionários do BB e da Caixa, por exemplo, ainda travam contra essa regra injusta nos seus fundos de pensão.

Mas as mudanças no estatuto e as eleições são apenas um primeiro passo para que a Regius adote as melhores práticas e garanta o pagamento dos benefícios de seus associados. Muitos ajustes ainda são necessários e a garantia de boa administração só existe com a participação de todos os associados nas eleições que acontecerão em breve e no dia a dia da administração. Só assim será garantido o principal resultado esperado, um futuro tranquilo e com qualidade de vida para todos. 



Vidas reerguidas

Apesar do crescimento no número de internações de adolescentes em conflito com a lei no país e da precariedade do atendimento em diversos estados, milhares de adolescentes e jovens que cumpriram medidas socioeducativas deram uma guinada em suas vidas e estão hoje trabalhando e estudando

➔ RODRIGO COUTO



**ESTAVA SENDO
AMEAÇADO POR
ELES. POR ISSO
FUI OBRIGADO A
MATAR OS DOIS**

A superlotação das unidades, o contato diário com outros adolescentes infratores e a realidade de péssimas condições do sistema socioeducativo, na maioria dos estados, não comprometeu o processo de responsabilização de inúmeros jovens brasileiros em conflito com a lei que optaram por reerguer suas vidas e retrair um destino diferente para si.

Apesar de a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – que por meio da Secretaria Nacional de Promoção

dos Direitos da Criança e do Adolescente é responsável pela coordenação da política nacional de atendimento socioeducativo – não possuir dados qualificados sobre esses meninos e meninas, Extratos localizou alguns garotos no Distrito Federal que driblaram todas as perspectivas negativas e iniciaram um novo futuro, sem envolvimento com drogas, roubos, assaltos, tráfico ou homicídios.

Morador de São Sebastião, região administrativa próxima a Brasília, Fernando*, 20, tinha tudo para continuar envolvido com o tráfico de drogas e com as gangues. Em 2004,

o rapaz de boa aparência começou a vender maconha, merla e cocaína. Em maio de 2005 foi pego pela polícia com 1kg de maconha em Ceilândia. Não chegou a cumprir medida socioeducativa (veja tabela na página 34), mas foi alertado pelo juiz de que a próxima infração o levaria para uma unidade de internação. Três anos depois, durante o Carnaval, Fernando se envolveu em uma briga de gangues em São Sebastião que culminou com a morte de um jovem casal de uma gangue rival. “Estava sendo ameaçado por eles. Por isso fui obrigado a matar os dois”, defende-se.

Fernando tentou fugir, mas foi descoberto pela polícia e foi parar numa unidade de internação no DF, onde cumpriu medida socioeducativa por um ano e meio em regime fechado, depois de a Justiça ter declarado em sentença sua culpa no duplo homicídio.

Mesmo privado de liberdade, o fato de ter trabalhado no setor de informática da unidade, somado ao seu bom comportamento, levou o juiz responsável por seu caso a incluí-lo em um programa da Rede Solidária Anjos do Amanhã, iniciativa que busca inserir adolescentes em conflito com a lei no mercado de trabalho. Fernando só foi liberado para concluir sua medida (de três anos) fora da unidade socioeducativa depois de passar por uma avaliação psicológica.

Conveniada com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o projeto deu novo ânimo a Fernando. Atualmente trabalhando como funcionário terceirizado do tribunal, o hoje jovem-adulto faz novos planos para sua vida e diz que já passou uma borracha em seu passado recente. “O mundo do crime é uma vida de ilusão. As pessoas pensam que vão se dar bem para sempre. O trabalho honesto é muito mais interessante. Você não precisa ficar escondendo as coisas que conquistou”, afirma. “O crime proporciona um falso poder que não compensa”, acrescenta.

Arrependido de seus atos infracionais, Fernando já fez vários concursos públicos e começou a cursar tecnologia de segurança da informação em uma faculdade particular, onde ganhou uma bolsa. Mas sua puxada jornada de trabalho diária, das 8h às 18h no



“
ESPERAMOS QUE OUTROS
ESCRITÓRIOS DO PAÍS
SIGAM NOSSO EXEMPLO
E INCENTIVEM ESSES
JOVENS A OLHAR A
VIDA DE UMA FORMA
DIFERENTE

André Silveira

STJ, e das 19h15 às 23h15 no curso superior, o fez interromper a graduação. “Pretendo voltar a estudar em breve. Mas agora estou focando no site que criei com links para downloads gratuitos”, ressalta o torcedor do Vasco. “Sempre tirava boas notas na escola, mas não soube aproveitar as oportunidades que tive. O fato de não ter estudado mais me prejudica até hoje. Tenho problemas para interpretar um texto”, confessa.

Expectativas superadas

Parceiro há dois anos da Rede Solidária Anjos do Amanhã, o escritório de advocacia Sergio Bermudes se surpreendeu com o desempenho dos adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas e que trabalham no local. “Superou todas as expectativas. Eles evoluíram no trabalho e têm todas as chances de serem bons profissionais”, destaca André Silveira, advogado do escritório, fundado em 1969.

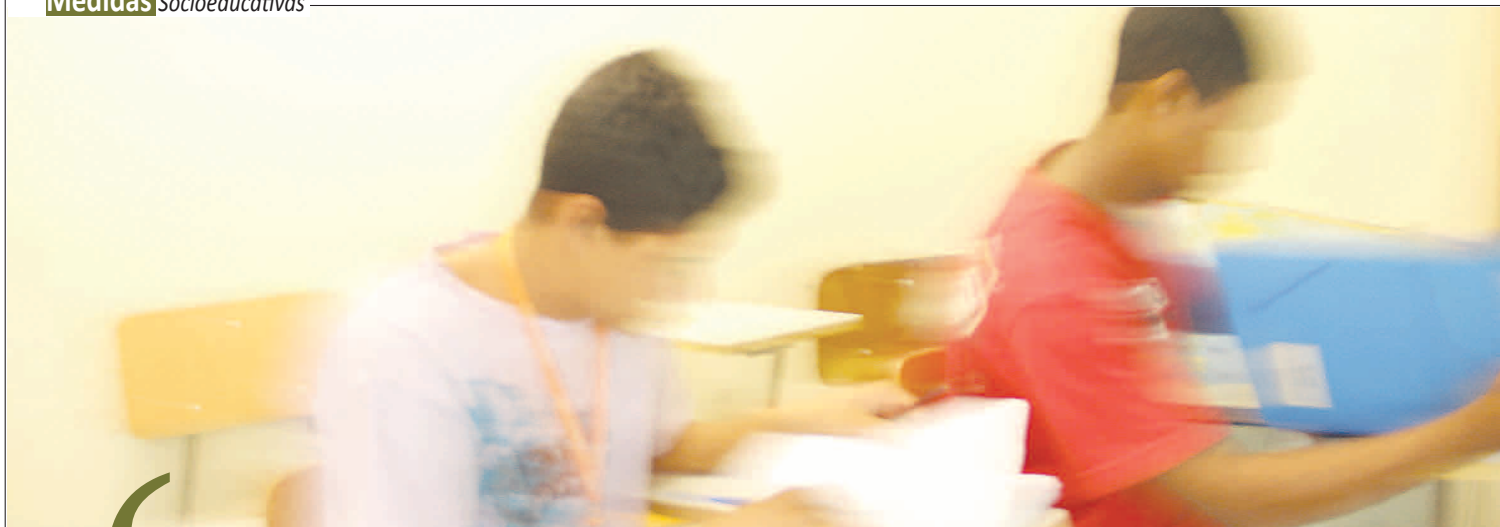
Os dois adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas e que trabalham atualmente no escritório desempenham funções administrativas. Eles são responsáveis pelo arquivo e digitalização de documentos. “São pessoas boas, simples e do bem”, frisa Silveira. “Esperamos que outros escritórios do país sigam nosso exemplo e incentivem esses jovens a olhar a vida de uma forma diferente”, sugere ele, ao citar que tomou conhecimento do projeto por meio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Contratados como estagiários, os jovens não podem exceder o período de dois anos no trabalho. Um dos jovens se destacou no trabalho e já tem a faculdade de direito paga integralmente pelo escritório.

Maurício*, 21, é um dos jovens que trabalham no escritório Sergio Bermudes desde 2010. Antes da oportunidade de trabalho, o jovem, que praticava assaltos e chegou a cometer um duplo latrocínio (roubo seguido de morte), diz ter sido influenciado por vizinhos. “Assaltávamos chácaras e residências. Em 2007, decidimos assaltar um supermercado. Mas o dono reagiu e tive que atirar nele e em um funcionário para me defender”, explica. Morador de Planaltina (GO), ele fugiu para São Sebastião, onde ficou um ano escondido.



16.940
ADOLESCENTES
E JOVENS
CUMPREM MEDIDAS
SOCIOEDUCATIVAS
NO BRASIL



O CRIME REALMENTE NÃO COMPENSA. TODO MUNDO SABE O FINAL: A CADEIA OU A MORTE

Descoberto pela polícia, o jovem foi para uma unidade de atendimento socioeducativo de internação. Julgado, cumpriu medida por dois anos. Em um dos chamados “saidões” (em datas como o Natal, Dia dos Pais, Dia das Mães), Maurício fugiu e ficou cinco meses fora do sistema. “Fui achado novamente pela polícia e voltei para a unidade”, conta. Depois, o jovem seguiu os conselhos do pai e passou a cumprir o que determinava a Justiça. “Nenhum pai quer ver o filho preso. Mas meu pai entendeu que era o melhor para mim”, completa.

Depois de ser aprovado em uma seleção da unidade socioeducativa, Maurício foi selecionado para fazer um curso de qualificação para o mercado de trabalho. “Logo que conclui o curso me ligaram informando dessa oportunidade no escritório”, lembra. “Estava precisando dessa chance para mudar de vida”, afirma ele, ao fazer questão de dizer que tirou uma grande lição de tudo o que já fez. “Tem mal que vem para o bem. Caso não tivesse cumprido a medida socioeducativa, não estaria agora trabalhando aqui. Me arrependo mesmo de tudo de ruim que já fiz. Quero fazer direito e seguir carreira jurídica”, ressalta.

O recado de Maurício para os que estão em conflito com a lei é enfático: “o crime realmente não compensa. Todo mundo sabe o final: a cadeia ou a morte”. Evangélico, o jovem diz que Deus foi fundamental para sua “recuperação”.

Liberdade assistida

Na opinião da vice-presidente do Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje) do Distrito Federal, Sandra Regina Pimpão, a liberdade assistida é uma das soluções para a superlotação das unidades e também para o jovem cumprir medida socioeducativa dentro de casa e próximo da sociedade. “É claro que essa liberdade assistida tem que ser cumprida com compromissos: retornar à escola, seguir horários, não frequentar determinados ambientes”, destaca Sandra.

Sem avanços políticos de destaque em

relação às medidas de meio fechado, a ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil está longe de alcançar um patamar razoável de qualidade, que ofereça condições dignas para esses jovens quitarem suas dívidas com a Justiça. “Esse trabalho não dá ganho político, por isso que há um desinteresse total”, critica Sandra.

Felipe* e Luiz*, ambos com 17 anos, têm histórias parecidas. Apesar de ainda cumprirem medidas socioeducativas em uma unidade do DF, os jovens saem para trabalhar em uma das varas do Tribunal de Justiça (TJ) de Brasília. Privado de liberdade desde 2009, Felipe ingressou no sistema depois de cometer um homicídio provocado, segundo ele, por conta de dívidas pela compra e troca de tênis. Em setembro de 2010 passou por uma avaliação psicológica e foi para o estágio no TJ. “A convivência com outras pessoas fora da unidade é muito importante para a gente não voltar a fazer o mal”, afirma ele, ao se referir ao estágio no tribunal.

Adolescentes incluídos nas medidas privativas de liberdade

A tabela abaixo mostra que em 2009, no Brasil, o número total de adolescentes em conflito com a lei e que estão incluídos nas medidas de internação, semiliberdade e na condição de internação provisória totaliza 16.940 adolescentes, sendo 11.901 na internação, seguidos de 3.471 na internação provisória e de 1.568 em cumprimento de semiliberdade.

Sudeste	6.160	1.469	813	377	8.819
Nordeste	2.427	882	326	3.635	3.988
Centro-Oeste	866	343	92	34	1.335
Sul	1.712	544	219	137	2.612
Norte	736	233	118	15	1.102
Brasil	11.901	3.471	1.568	916	16.940*

*Esse total excluiu os 916 adolescentes privados de liberdade que não cumpriram medida socioeducativa em sentido estrito. (Fonte: SDH, 2010)

A LIBERDADE ASSISTIDA É UMA DAS SOLUÇÕES PARA A SUPERLOTAÇÃO DAS UNIDADES

Pouco antes de iniciar suas atividades no TJ, Felipe, morador do Recanto das Emas, fez curso de informática dentro de unidade onde cumpre medida socioeducativa. “Quero sair daqui em 2011 preparado para o mercado de trabalho”, completa. “Fiz o que fiz porque achei que ia ficar livre. O crime não compensa em nenhum aspecto”, aconselha.

Além do arrependimento, Felipe conta que o apoio da família foi fundamental para mudar de vida. “Foi um choque para minha família. Minha mãe ficou com problema no coração”, conta o torcedor do Flamengo e fã das duplas sertanejas Victor e Léo e Jorge e Mateus.

Mau exemplo

Morador de Taguatinga Norte, Luiz se espelhou nos irmãos e amigos para roubar carros. Ele começou a praticar atos infracionais aos 11 anos de idade. “Cresci vendo esse tipo de coisa e não tive como fugir. Era um dinheiro que vinha muito fácil”, afirma.

Carros de luxo, roupas de marca e mulheres faziam parte da vida de Luiz, tudo obtido graças ao roubo de carros. “Sempre achei que a casa nunca ia cair”, conta. Mas caiu em julho de 2009, quando foi interceptado pela

polícia em um atalho para Águas Lindas (GO) depois de tentar fugir com um carro roubado.

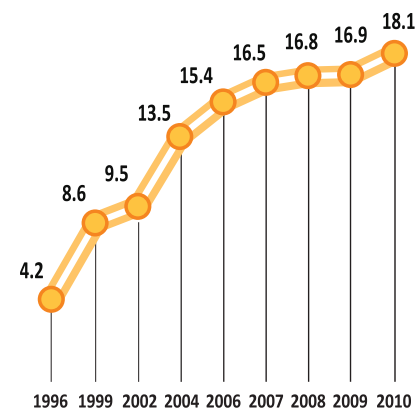
Aluno do segundo ano do ensino médio, Luiz pretende cursar direito na Universidade de Brasília (UnB) para trabalhar na área criminal. “A vida no crime é pura ilusão. Você pode conquistar o que quiser de forma honesta”, observa. Com o dinheiro que recebe no estágio, Luiz ajuda a mãe com as despesas domésticas. “O mais difícil é ir para casa e ter que voltar para cumprir a medida socioeducativa”, diz, ao se referir ao regime de semiliberdade.

Porta de entrada do sistema no DF, o Cajé, que tem espaço para acolher 106 internos, tem população atual de mais de 400 adolescentes privados de liberdade em cumprimento de medidas socioeducativas, sendo 329 em internação e 66 em cumprimento de internação provisória.

Diante dessa realidade de número de internos muito acima do limite previsto, o Cajé tem operado há muitos anos com dificuldades, tendo sido denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) por militantes dos direitos de crianças e adolescentes e foi recentemente condenado ao fechamento pela Justiça do Distrito Federal.

O encerramento das atividades deveria ter acontecido no dia primeiro de março deste ano. No entanto, o Governo do Distrito Federal (GDF) conseguiu negociar o prazo e o Cajé funcionará enquanto quatro novos centros de internação em São Sebastião, Santa Maria, Sobradinho e Brazlândia são construídos. Os novos prédios devem ficar prontos em julho de 2012. Como parte do acordo estabelecido com a Justiça, ficou determinado que o GDF apre-

Número de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas não para de crescer



Fonte: SDH, 2010

sentrará relatório do que está sendo feito para que o Cajé seja gradualmente desativado.

Pedagoga e funcionária lotada no Cajé, Lúcia Brasil diz que o fechamento da unidade é positivo, mas observa que sua desativação visa atender o interesse dos endinheirados que vão habitar o futuro setor Noroeste. “Eles não querem ser vizinhos de uma unidade com adolescentes em conflito com a lei. Aliás, a sociedade quer manter distância desses jovens”, critica. “A solução para tudo isso é um amplo trabalho de prevenção que envolva sociedade, governos e organizações não governamentais. É um problema de todos, e não só do Estado”, completa.

Thelma Alves, coordenadora do atendimento socioeducativo da Secretaria de Direitos Humanos, explica que é necessário reduzir o tamanho das unidades socioeducativas para melhorar a qualidade das medidas em todo o país. “Além disso, a sociedade também precisa se engajar para ajudar na reinserção desses jovens”, diz.

O Brasil conta hoje com 435 unidades de internação para cumprimento de medidas socioeducativas localizadas em 209 municípios. “Em virtude de ser o estado mais populoso, São Paulo concentra grande parte dos internos e das unidades”, explica Thelma. Mesmo com todas as dificuldades, que incluem falta de recursos, os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul estão se destacando positivamente na aplicação de medidas socioeducativas. “Essas unidades estão conseguindo, inclusive, acompanhar os jovens egressos do sistema. É muito importante saber onde estão e o que estão fazendo esses adolescentes”, completa Thelma.

*Nomes fictícios para preservar a identidade dos entrevistados





Sindicato faz a sua parte

Criado em outubro de 2009 pelo Sindicato, o projeto Entorno das Artes, coordenado pelo educador Moredison Cordeiro, atua de forma preventiva com adolescentes do Sol Nascente, localidade da região administrativa de Ceilândia, próxima a Brasília.

A oficina de música e percussão oferecida gratuitamente a 50 meninos e meninas da comunidade, que registra altas taxas de violência, tem sido um sucesso. Desse total, 15 adolescentes se apresentam com frequência em escolas e abertura de seminários.

Instalado em uma sede provisória no Sol Nascente, o projeto conquistou a simpatia dos moradores do bairro e até da Polícia Militar (PM). “Recentemente, fizemos um arrastão pelas ruas da comunidade para conscientizar a população sobre os riscos da dengue”, frisa Moredison.

Em um dos ensaios, a PM, que quis

saber o motivo do barulho da percussão, foi avisada por umas das moradoras e fã do projeto: “é melhor eles fazerem barulho do que ficarem nas ruas sem ter o que fazer”. A PM ouviu o recado, gostou da iniciativa e pode fechar uma parceria para fazer palestras no projeto.

Nos próximos meses, o Sindicato vai estender o projeto para o Paranoá e Planaltina de Goiás. “Esperamos a aprovação de emendas parlamentares, que serão apresentadas pela deputada federal Erika Kokay (PT-DF), para consolidar e ampliar a iniciativa em todo o DF”, afirma Moredison, que integrou por três anos o grupo carioca AfroReggae.

“Decidimos fazer algo de concreto para tentar minimizar, de alguma forma, o crescimento da violência juvenil. Se cada um fizer sua parte, como o Sindicato está fazendo, podemos construir um país mais justo e sem criminalidade”, destaca o presidente do Sindicato, Rodrigo Brito. 



Agenda do Trabalhador

Os trabalhadores do ramo financeiro e de outras categorias seguem com atividades e atos na luta pelo atendimento de suas reivindicações. Defesa de direitos sociais e mobilização contra a discriminação estão na agenda sindical dos próximos meses. Veja alguns eventos.

Maio

Dia 16 – V Congresso do Sindclubes
Das 9 às 18h, no auditório da CUT-DF
19 – Plenária de Igualdade Racial e lançamento da cartilha
A partir das 14h, no auditório da CUT-DF
24 a 26 – Eleição do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região

Junho

De 13 a 16 – Eleição do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região
Até o dia 26 – Encontros estaduais dos funcionários do Banco da Amazônia

Julho

Dias 1º e 2 – Congressos distritais do Banco do Brasil e da Caixa
2 e 3 – Congresso Nacional do Banco da Amazônia
9 e 10 – Congressos nacionais do Banco do Brasil, da Caixa e do BNB
12 – 7º Congresso dos Bancários de Brasília (Debate)
19 – 7º Congresso dos Bancários de Brasília (Debate)

23 – 7º Congresso dos Bancários de Brasília (deliberações)
30 e 31 – 13ª Conferência Nacional dos Bancários

Agosto

Dia 4 – Posse dos delegados sindicais
Até dia 6 – Assembleias em todo o país para aprovação da pauta de reivindicações
Primeira quinzena – Entrega da pauta de reivindicações à Fenaban

Ato pela paz nos estádios promovido pelas torcidas Ira Jovem do Gama e Facção Brasiense, durante o maior clássico do DF, no Candangão 2011.



Pela paz nos estádios

Para combater a violência e por melhores condições de infraestrutura nos estádios, nasce a Confederação Nacional das Torcidas Organizadas

→ THAÍS ROHRER

Paz nos estádios brasileiros e melhor infraestrutura para os torcedores e jogadores. Esses são os temas principais da pauta de discussões da Confederação Nacional das Torcidas Organizadas (Conatorg), fundada em outubro de 2010 com o objetivo de unir algumas bandeiras de lutas de todas as torcidas em âmbito nacional.

Atualmente, estão filiadas à Confederação 20 torcidas organizadas - de cidades da região Centro-Oeste e do estado de São Paulo, por exemplo. Desde o ano passado, a instituição tem feito seminários em todo o país, o último realizado em Curitiba. O objetivo é discutir temas como o desarmamento, a violência e melhorias na infraestrutura dos estádios, além de estratégias de atuação das torcidas organizadas. "É uma forma de fortalecer a luta e buscar organização para as pautas em comum das torcidas organizadas", frisa Walla-

ce Reis, diretor parlamentar da Conatorg.

A Conatorg possui duas subseções, uma no Setor de Diversões Sul de Brasília e outra na capital paulista.

Agora, torcedores rivais históricos estão de mãos dadas contra a violência e para acabar com a imagem negativa de que os integrantes das torcidas organizadas são baderneiros. "A violência não está nas torcidas, está na sociedade. Queremos paz e cobramos esse comportamento dentro das nossas torcidas e do Poder Público", afirma André Guerra, tesoureiro da Conatorg.

André representa a torcida Mancha Verde e, como faz questão de dizer, já nasceu palmeirense. Ele mora em São Paulo e começou a participar da Mancha em 1998. Ele conta que a torcida é peça fundamental para apoiar e incentivar o time do coração, mas que ela também deve cobrar resultados quando necessário, sempre de maneira pacífica.

DEBATES INCLUEM
QUESTÕES COMO
○ **DESARMAMENTO,
VIOLÊNCIA E
ATUAÇÃO DAS
TORCIDAS**

Apoio dos trabalhadores

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) apoiou a criação da Confederação e participou da solenidade de fundação, ocorrida em Brasília. “A ação da CUT vai além da defesa do trabalhador, seja ele do campo ou da cidade, do setor público ou privado. A tarefa da Central é de também colaborar para um processo de reforma social, encabeçado por alguns grupos, entre eles as torcidas organizadas. Muitas vezes marginalizadas pela mídia comum, as torcidas vêm sofrendo um processo de sufocamento”, diz José Eudes, presidente da CUT-DF. “As torcidas organizadas, em várias partes do país, servem como um instrumento de inclusão social, afastando diversos jovens do mundo das drogas e da criminalidade”, destaca o presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, Rodrigo Britto.

Wallace participa da 22ª Família da Força Jovem do Vasco e lembra que o futebol sempre fez parte do seu cotidiano familiar. “Os estádios também são espaços para integração da família, mas ainda precisamos melhorar em vários quesitos, não só na conscientização pela paz, como também co-

brar uma boa infraestrutura. Temos que nos preparar para a Copa do Mundo”, comenta.

O diretor parlamentar da Confederação conta que veio para Brasília nos anos 90 e trouxe consigo a paixão pelo futebol. Ele comenta que a rivalidade dos times também continua na capital, mas que a Confederação ajuda na conscientização para que a competitividade seja saudável e não se desvie para o caminho da violência.

Debate do Estatuto do Torcedor

A aprovação de mudanças no Estatuto do Torcedor, em julho do ano passado, colocou uma pedra no sapato das torcidas organizadas. Isso porque a Lei nº 12.299 responsabiliza a torcida e os dirigentes com punições por atos cometidos por qualquer integrante da torcida, mesmo fora dos estádios.

A lei também estabelece o cadastramento dos associados ou membros das torcidas organizadas. Caso algum desses membros cometa determinada infração, serão as entidades que responderão pelos danos. Além disso, a torcida organizada que promover

tumulto será impedida de comparecer aos jogos pelo prazo de até três anos.

“Nós não concordamos que a torcida organizada e os dirigentes sejam penalizados pela atitude de outras pessoas fora dos estádios. Nós não temos controle sobre isso. Se um político corrupto é preso ou responde algum processo o partido político não é punido por causa dele. Nós temos sim a responsabilidade de não incentivar atitudes violentas e conscientizar, mas não somos donos de ninguém”, ressalta Wallace.

Os torcedores que cometerem atos de vandalismo e violência num raio de até 5 km dos estádios também terão punição. Atitudes como invadir o campo ou promover confusão são passíveis de multa. O torcedor será proibido de assistir aos jogos e até pode chegar a ser preso.

Para protestar e cobrar mudanças no atual Estatuto, a Conatorg está organizando um ato público e fazendo visitas aos parlamentares para conseguir apoio para alterações na Lei nº 12.299. A Confederação quer também discutir com o poder público e a sociedade outros temas de relevância para a população como a falta de transporte público de qualidade e os valores abusivos dos ingressos.

Esporte a serviço da vida

A Liga Desportiva de Planaltina-DF (Lidesp) completa 21 anos de incentivo ao futebol amador em 2011. A entidade organiza vários campeonatos nas categorias de 1ª e 2ª divisões e veteranos. Oitocentas crianças são assistidas nas 22 escolinhas de futebol da Região Administrativa do Distrito Federal.

A Liga se mantém apenas do voluntariado – da participação dos professores das escolinhas às despesas com os

campeonatos de futebol. Carlos Bezerra participou da Lidesp como atleta durante 14 anos e atualmente é presidente da entidade. “Temos o objetivo que ultrapassa o esporte, que é o papel social com as crianças. Queremos contribuir para que o futebol amador seja sempre forte no sentido de proporcionar lazer, entretenimento e oportunidades para aqueles que veem no futebol amador a verdadeira essência do futebol brasileiro”, frisa Carlos.

A LIGA DESPORTIVA DE PLANALTINA (DF) ESTÁ EM CAMPO HÁ 21 ANOS SOMENTE POR FORÇA DO VOLUNTARIADO



É MUITO LEGAL TER
UMA OPORTUNIDADE
PORQUE TEM MUITA
GENTE QUE TEM
TALENTO, MAS NÃO
CONSEGUE UMA
CHANCE NO ESPORTE



Lucas de Souza, 16, é desses meninos que começaram no futebol com o apoio da Lidesp. Ele entrou no Planaltina Atlético Clube em 2010 e já começa a colher os frutos do futebol. Em 2011, foi convidado para jogar na categoria juvenil do Fluminense. “Fiz o teste e passei. Já é uma vitória para mim ver o início do reconhecimento. É muito legal ter uma oportunidade porque tem muita gente que tem talento, mas não consegue uma chance no esporte”, relata. Outros colegas também já saíram para jogar no Internacional e na Inglaterra.

O jogador é meio-campo e está no 3º ano do Ensino Médio. O treinador do Planaltina Atlético Clube, Renato Moreira, foi quem convidou Lucas para entrar no time. Os meninos de 7 a 17 anos que jogam no Planaltina têm obrigações a cumprir que vão além do esporte. Devem estar matriculados na rede pública de ensino e ter boas notas.

A escolinha do Planaltina Atlético Clube tem 200 crianças participando do projeto. Renato também joga em um dos times que participam dos campeonatos organizados pela Lidesp e há 15 anos é voluntário como treinador. Tudo começou quando voltava do trabalho e viu alguns meninos jogando sozinhos em um campinho da cidade e os convidou para montar uma equipe e participar de um campeonato em Planaltina.

“Eu vi que podia estimular aqueles garotos a continuar jogando futebol e aproveitar melhor as oportunidades que o esporte oferece para a vida” afirma Renato. Ele é treinador e também trabalha como vigilante.

O Planaltina Atlético Clube tem uma parceria com o Ministério Público e recebe adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas. “São muitos os exemplos de crianças e adolescentes que melhoram o comportamento graças ao esporte”, completa o treinador.

Mais informações dos jogos e campeonatos no site: www.lidesp.org.br.

Heróis da resistência

Assim como a Lidesp, a Felfa (Federação das Ligas de Futebol Amador do DF e Entorno), também trabalha tendo como mis-



Projeto de Apoio ao Futebol Amador

O Governo do Distrito Federal (GDF) assinou dois decretos de incentivo ao futebol amador em abril. Um que remaneja parte do orçamento para a modalidade esportiva e outro que cria o comitê gestor do Projeto de Apoio ao Futebol Amador. Além disso, o BRB passará a financiar as centenas de equipes que se organizam em ligas por todo o DF.

Com a medida, o GDF redistribuiu R\$ 1,7 milhão para o orçamento do futebol amador, reforçando os recursos da Secretaria de Esportes destinados à modalidade, que agora totalizam R\$ 2,6 milhões. As medidas de incentivo também incluem o financiamento de equipes que se organizam em ligas no DF pelo BRB.

são a prática do esporte como elemento de inclusão social. E os números da Felfa impressionam. O diretor administrativo, Paulo Roberto Silva, explica que a federação conta hoje com 26 ligas filiadas, envolvendo 32 mil atletas, organizados em 1.230 times, de diversas categorias. “Cerca de 70% dos participantes têm renda entre dois e três salários mínimos, incluindo os dirigentes”, conta. “Além disso, 50% do custeio vêm de dirigentes que ganham entre três e cinco salários mínimos. São os heróis da resistência”.



EU VI QUE PODIA
ESTIMULAR AQUELES
GAROTOS A CONTINUAR
JOGANDO FUTEBOL E
APROVEITAR MELHOR
AS OPORTUNIDADES
QUE O ESPORTE
OFERECE PARA A VIDA

Conheça um pouco de Buenos Aires e veja algumas dicas para quem não pode gastar muito

Destino: Argentina

➔ THAÍS ROHRER

Estive em Buenos Aires em julho do ano passado durante as minhas férias e pude conhecer a encantadora capital argentina. Eu e mais oito amigos nos aventuramos por lá durante dez dias inesquecíveis. Além dos famosos e tradicionais pontos turísticos, também passeamos por lugares menos badalados e locais quase que desconhecidos. A cidade é um ótimo destino de viagem para os brasileiros, já que o real vale o dobro da moeda local, o peso argentino. E para quem não pode gastar muito, aí vão

algumas dicas.

Para começar, uma ótima opção é ficar nos albergues da cidade (www.alberguesdajuventude.com.br). Eu indico o Hostel Suites Florida, que fica na Avenida Florida, a famosa rua de compras e restaurantes. Ele ficou em segundo lugar no ranking dos melhores albergues da América Latina, na votação site Hostelworld de 2011.

A diária no quarto quádruplo privativo custa em média R\$ 45 por pessoa e conta com café da manhã. O local tem computadores com acesso à internet de graça para os hóspedes, uma cozinha de uso coletivo

**O REAL VALE O
DOBRADO DO PESO
ARGENTINO, UM
PRATO CHEIO
PARA OS TURISTAS
BRASILEIROS**



Vista da Casa Rosada, sede do governo argentino. O local é aberto à visitação.



Obelisco, chafariz dentro da Casa Rosada e dançarinos do Sabor Tango



e conta até com uma agência de viagem que oferece pacotes e passeios para cidades próximas como Bariloche, na Argentina, e Montevidéu e Colônia do Sacramento, no Uruguai. Durante a noite, funciona um bar no subsolo tocando músicas do ritmo local e outros estilos.

O Hostel Suites Florida é bem localizado: fica no centro e perto das principais ruas da cidade, como Córdoba e Corrientes e da Praça de Maio. Andando a pé pode-se visitar os tradicionais pontos turísticos: Casa Rosada, Teatro Municipal San Martín, Obelisco, Café Tortoni.

No primeiro dia da viagem é interessante pegar o ônibus do City Tour (a estação fica próxima à Avenida Florida). O bilhete vale por 24 horas e ônibus para em vários locais. O passageiro pode descer e subir nos pontos que desejar - assim fica mais fácil fazer o roteiro dos próximos dias de viagem na cidade. O veículo percorre vários pontos, indo até o estádio La Bombonera, no bairro La Boca, periferia da capital.

No quesito tango são várias as opções de shows, além das habituais apresentações nas ruas da cidade. Eu fui à casa chamada Sabor Tango. O ingresso foi vendido no próprio albergue e incluiu o transporte, o jantar (com água, cerveja, refrigerante e vinho à vontade), aula de tango e o show com música ao vivo. As coreografias do tango passavam do tradicional ao moderno tango eletrônico.

A apresentação também contou com músicas em homenagem a Eva Perón, mais conhecida como Evita, a primeira-dama do presidente Juan Domingo Perón. Ela é venerada pelos argentinos e lembrada pelo trabalho no campo político e social. Evita

foi uma intensa ativista da inclusão das mulheres na sociedade pela conquista do direito do voto feminino em 1947. Também criou a Fundação Eva Perón fazendo um trabalho social que ganhou a simpatia da classe baixa da população. Morreu aos 33 anos e era cogitada para participar das eleições para o cargo de vice-presidente.

Fora da rota

Indo além dos clássicos pontos turísticos, o passeio para o zoológico de Luján, localizado próximo à capital (acesso oeste, km 58) é uma ótima opção. São aproximadamente duas horas de ônibus. No zoológico é possível ter contato direto com animais selvagens. Apesar de selvagens, os animais são dóceis e podem ser tocados pelas pessoas. Eu e meus amigos entramos nas jaulas dos tigres, leões e demos comida aos elefantes.

Foi uma experiência muito interessante, mas aí vai uma dica para os marinheiros de primeira viagem: meu grupo de viagem caiu na pegadinha das moedas na volta do zoológico. Explico melhor: os ônibus da Argentina só aceitam o pagamento da passagem em moeda. Nós não sabíamos, por isso só compramos a ida. Na volta, o motorista do ônibus não nos deixou embarcar pagando a passagem em notas. A solução foi andar dois quilômetros no frio até um pedágio para trocar o dinheiro por moedas para pagar o ônibus (10 pesos). Imprevistos à parte, vale a pena visitar o local. O ingresso do zoológico de Luján custa em torno de 30 pesos. Também aconselho que os visitantes levem um lanche para o zoológico, já que o lugar não oferece boa infraestrutura.



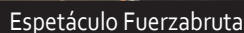
Noite no Sabor Tango



Prato típico: bife de chouriço e batatas



Zoológico de Luján



Embarque no Delta do Tigre

Farol em Colônia do Sacramento

Outro passeio legal é a visita à cidade de Colônia do Sacramento, no Uruguai. A cidade é pequena e muito aconchegante, com vários restaurantes, um bonito farol e arquitetura colonial. A cidade foi declarada Patrimônio Histórico da Humanidade em 1995. Para chegar lá, basta atravessar o Rio da Prata de barco saindo do porto de Buenos Aires. Tanto para o Uruguai quanto para a Argentina não é necessário passaporte.

MAIO A AGOSTO DE 2011



Homenagem aos bancários

Com o tema “Nas bodas de ouro do seu Sindicato, os grandes homenageados são os bancários”, escola faz bonito na avenida e fica em terceiro lugar no Carnaval 2011

➔ RODRIGO COUTO E THAÍS ROHRER

Cinquenta e dois minutos – oito a menos do que prevê o regulamento – foi o tempo necessário para a escola de samba Acadêmicos da Asa Norte mostrar o resultado dos dez meses de muito trabalho no Ceilambódromo no dia 8 de março. Com o enredo “Nas bodas de ouro do seu Sindicato, os grandes homenageados são os bancários”, a bateria da agremiação tocou os primeiros acordes às 20h25, ao fazer uma breve homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no Carnaval. Cinco minutos depois, sob fogos de artifício e muita animação, a comissão de frente finalmente estreava na passarela do samba do Distrito Federal.

A noite estava perfeita. A chuva, presente nos outros dias de desfile, deu uma trégua, o que proporcionou um belo céu parcialmente nublado para receber de braços abertos a Acadêmicos da Asa Norte e os bancários, os grandes homenageados da noite. “Fizemos um grande desfile. Foi uma enorme emoção parti-

cipar deste sonho realizado”, afirmou Jansen de Mello, bancário aposentado do Banco do Brasil e um dos organizadores do desfile.

O 42º desfile da Acadêmicos empolgou os mais de dez mil foliões que assistiam à apresentação das arquibancadas e dos camarotes. Até o governador do DF, Agnelo Queiroz, cantou e vibrou com o desfile da única escola de samba do Plano Piloto, primeira a desfilar na noite de terça. Além do sambanredo, o capricho das fantasias e dos carros alegóricos impressionou as milhares de pessoas presentes no Ceilambódromo. “Estabelecemos um novo patamar para o carnaval de Brasília. Com o apoio da Unidos da Tijuca, escola campeã do carnaval carioca de 2010, levamos para a passarela do samba o que há de melhor”, disse Robson Farias, presidente da Acadêmicos da Asa Norte.

Emoção

Um dos grandes destaques da apresentação da escola – que levou centenas de componentes, distribuídos em 16 alas e três carros alegóricos – foi a rainha de bateria Karen Castro. A jovem chamou atenção dos foliões pelo seu samba no pé e pelo corpo escultural.

Presidente do Sindicato, Rodrigo Brito não escondeu a emoção de participar da homenagem ao Sindicato e aos mais de 24 mil bancários do DF. “Os 50 anos do Sindicato, comemorados neste ano, merecem uma homenagem à altura de sua importância. Ver toda essa história de lutas e conquistas retratada em forma de sambanredo foi emocionante”, ressaltou Brito, que também participou do desfile.

A Acadêmicos da Asa Norte terminou o Carnaval 2011 com saldo positivo. Ficou com o terceiro lugar do Grupo Especial, atrás apenas da Aruc e da Águia Imperial. 

Escolas de samba reivindicam mais estrutura

O desfile das escolas de samba é planejado ao longo do ano para o espetáculo do Carnaval. Em Brasília, as escolas enfrentam uma série de dificuldades com a falta de estrutura durante esse planejamento e a confecção de todo o material que irá à avenida. Só duas têm sede própria. As outras fazem as fantasias, carros alegóricos e ensaios em locais alugados ou emprestados.

A União das Escolas de Samba de Brasília (Uniesb) reivindica um espaço para que todas as escolas tenham sua sede. “Todas teriam seu galpão fixo, seria um lugar similar à Cidade do Samba do Rio de Janeiro. Cada escola com seu espaço e infraestrutura adequados vai trazer benefícios para todos”, afirma Aberlardo Monteiro, vice-presidente da Uniesb. Ele acredita que boa estrutura atrai investidores e turismo para a cidade e ajuda a construir uma festa do Carnaval mais “sólida”.

As escolas de samba também reivindicam que os desfiles, hoje realizados na Ceilândia, retornem para o Plano Piloto e que a verba do governo federal seja repassada no mês de julho. “Em todo o Brasil os desfiles são no centro das cidades. Foi uma visão equivocada transferir os desfiles para a Ceilândia”, comenta Abelardo. A Uniesb argumenta que um local no centro de Brasília facilita o acesso para a maioria da população.



**Mobili
perma
por me
condiç
traba**



ização nente elhores ões de lho...





... e
quali
de v
E a serv
socie



mais dade vida. viço da dade.



Com 14 anos de estrada, a banda de reggae Alínea 11 começou informalmente entre colegas da Caixa, mas se firmou no cenário musical nacional com mensagens de paz e de combate às drogas e ao preconceito

Leões do Cerrado consolidam carreira no ritmo do re

➔ THAÍS ROHRER



Reggae da paz, sem drogas e sem preconceito. Assim se resume a mensagem da banda que começou em 1997 com bancários da Caixa Econômica Federal. Alguns colegas de trabalho que tinham em comum o gosto pela música formaram a banda para participar do festival de talentos da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica (Fenae). A brincadeira deu certo e eles saíram com o primeiro lugar do concurso, com a composição da marchinha chamada Cheque Voador.

A vitória trouxe ânimo para os músicos seguirem profissionalmente com a banda, que foi batizada de Alínea 11. O nome faz referência à norma do banco que trata da emissão de cheque sem fundos (alínea E, motivo 11 - cheque devolvido por insuficiência de fundos).

Os bancários continuaram no cenário musical se dividindo entre o trabalho na

Caixa e os shows de reggae. Os fins de semana e as férias foram tomados pelas turnês. A vida corrida com os compromissos da Alínea 11 fez com que alguns integrantes deixassem o grupo, uns para terem mais tempo com a família, outros para se dedicarem aos estudos.

A banda tem sete componentes: Beto Rotts no baixo, Ronaldão na bateria, Lucas Vaz e Augusto Lima nos teclados, Alessandro no sax e percussão, Daniel Cruz na guitarra e Edilson Araújo na guitarra base e vocal principal.

O líder da banda, Edilson, é o único que permanece desde a formação original. Ele começou a compor as primeiras músicas aos 14 anos e hoje tem aproximadamente 200 canções gravadas. "A música é uma paixão. Começamos a banda sem pretensão de sucesso extraordinário. A nossa intenção, que eu sempre coloco nas letras, é trazer paz, harmonia, amor e levar o respeito entre as pessoas", enumera Edilson.

Os integrantes da atual formação da Alínea 11 explicam que toda essa correria vale a

pena para levar a mensagem de fé, esperança, amor e respeito nas apresentações que fazem. "Gostamos mesmo de fazer parte da banda e ela é a nossa prioridade. Até trabalhamos com música fora da Alínea 11, mas é só por uma questão financeira. O grupo já é uma família mesmo e fazemos um reggae de qualidade", relata o tecladista Lucas Vaz.

Edilson conta que precisava da compreensão da família (esposa e cinco filhos) nas ausências exigidas por causa dos compromissos musicais. Para amenizar a situação, a mulher, Janaína, acabou se tornando a empresária e a figurinista dos regueiros.

Apesar de toda essa paixão pela música, se engana quem pensa que Edilson não gosta de ser bancário. Ele afirma que um de seus sonhos era trabalhar na Caixa. Aos 14 anos entrou na empresa como aprendiz e passou no concurso quando completou 21 anos de idade, em 1989. Atualmente Edilson ocupa o cargo de gerente executivo.



Sucesso do cerrado

Com o passar dos anos, a Alínea 11 foi ganhando fama e construiu uma carreira de fato profissional, com a realização de várias turnês do Nordeste. Antes, com o próprio ônibus da banda e, agora, com um caminhão que se transforma em palco.

Nos shows, eles têm um diferencial no cenário, como a escultura de leões, que são símbolo da banda. Por causa disso, foi apelidada de Leões do Cerrado. A explicação para

**A NOSSA INTENÇÃO,
QUE EU SEMPRE COLOCO
NAS LETRAS, É TRAZER
PAZ, HARMONIA, AMOR
E LEVAR O RESPEITO
ENTRE AS PESSOAS**

a alcunha faz referência às origens do reggae e do movimento rastafári.

O rastafarianismo é um movimento religioso que proclama Hailê Selassîê I, imperador da Etiópia, como a representação terrena de Jah (Deus). Ras era o título de nobreza etíope muito comum nos nomes adotados pelos rastas. Tafari Makonnen foi proclamado rei da Etiópia, o Hailê Selassîê I, também conhecido como Rei dos Reis, Leão Conquistador da Tribo de Judá. Daí a origem do nome.

Os números dos Leões do Cerrado impressionam: são mais de 200 músicas gravadas, quatro CDs independentes gravados, 10 mil CDs vendidos e a gravação um DVD em curso. A banda também fez turnês no litoral do Nordeste e tem fã-clubes no Distrito Federal e em cidades do estado de São Paulo. Foi convidada ainda a participar da trilha sonora de uma novela das 19h da Rede Globo, o que não se concretizou apenas porque não tinha o CD produzido por uma gravadora.

O último trabalho da Alínea 11, um CD intitulado O Som do Reggae, tem participação exclusiva de Edson Gomes e da banda Tribo de Jah na faixa Estrela Cadente. A Tribo de Jah já tem 10 anos de estrada, com reconhecido trabalho no estilo reggae e no cenário internacional. O músico Edson Gomes é figura consolidada do mundo reggae e faz parte das suas raízes trabalhando com o estilo desde os anos 80. A Alínea 11 foi o único grupo com quem a Tribo de Jah e o músico Edson Gomes já gravaram uma música.

A Alínea 11 também dividiu o palco com outra banda conhecida que é sua conterrânea, a Natiruts.



De fã a integrante

Uma história à parte dentro da Alínea 11 é a do tecladista Augusto Lima, 26. Ele é morador de São Sebastião (DF) e integrante de um movimento cultural da cidade. Foi lá que ele conheceu a banda ainda na sua antiga composição. Certo dia, um dos tecladistas do grupo saiu e Augusto foi indicado para substituí-lo.

A partir daí, novos horizontes foram abertos para o músico. Ele tocava desde os 6 anos de idade, mas não conseguia o sustento trabalhando só como músico. "Passei maus momentos trabalhando como frentista, até perdi as contas das vezes que fui assaltado. A minha entrada na Alínea 11 foi uma mudança na minha vida. Eu era fã da banda e agora participo dela. É muito bom e vejo que tive uma evolução do ponto de vista musical", conta Augusto. Ele entrou no grupo em julho de 2008 e atualmente trabalha exclusivamente com música.

O tecladista confessa que nos primeiros ensaios até ficava nervoso em tocar junto dos outros integrantes, mas que agora está nos grandes shows, tendo a oportunidade de ser visto e dividir o palco com expoentes do reggae brasileiro.



Janaina Cunha

Sociedade e trabalhadores

unidos na luta

→ THAÍS ROHRER

Os trabalhadores se uniram em várias atividades por melhores condições de trabalho, saúde, contra a discriminação, e em diversos debates de relevância para a sociedade. Foram manifestações, atos públicos, seminários e encontro com parlamentares. Veja alguns destaques.



Maio

- Foi realizada no dia 5 de maio a primeira reunião da comissão permanente de negociação, formada por membros do governo e representantes do movimento sindical. As discussões foram sobre a redução da jornada para 40 horas sem redução de salário, o fim do fator previdenciário, o combate à terceirização e a regulamentação das convenções da OIT, entre outros. O debate sobre o fim do fator previdenciário e outros temas estão na pauta da reunião do dia 2 de junho.
- Cartazes, apitos e buzinas chamavam a atenção de quem trafegou no eixinho W Sul no início da noite do dia 2 de maio na primeira das manifestações contra a cartelização dos postos e o abuso nos preços dos combustíveis praticados no DF. A iniciativa tem mobilizado motoristas e ganhado o apoio da população, como demonstrou o segundo ato, realizado no dia 5. Confira a agenda de ações no site www.bancariosdf.com.br.
- A festa do 1º de Maio, organizada pela CUT-DF, contou com a participação de 40 mil pessoas ao longo do dia na Esplanada dos Ministérios, numa programação variada. As atividades incluíram brincadeiras para a criançada, oficinas de maquiagem e cabeleireiro, apresentações de hip hop e break e seguiram com os shows musicais.

Abril

- A Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular compareceu à reunião para discutir o projeto 174/2009,

no dia 28 de abril, na Câmara dos Deputados. O PL prevê mecanismos de democracia direta, ações afirmativas para segmentos excluídos, fortalecimento de partidos, financiamento público exclusivo de campanhas e listas partidárias pré-ordenadas com alternância de sexo nas eleições proporcionais, entre outras medidas. O Coletivo Nacional de Mulheres da CUT também participou da reunião com o objetivo de pressionar o Congresso Nacional a estimular e ampliar a participação da sociedade civil nas discussões sobre o tema.

- O Sindicato dos Bancários de Brasília participou do lançamento do livro “Terceirização Bancária no Brasil – Direitos Humanos violados pelo Banco Central”, de autoria do juiz do Trabalho Grijalbo Fernandes Coutinho, no dia 27 de abril.
- O Sindicato participou de audiência pública na Câmara dos Deputados que marcou o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho no dia 28. Ficou acordada a realização de uma segunda audiência pública para discutir perícia médica do INSS e um encontro com o ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, no próximo dia 10 de maio.
- Na noite do dia 19 de abril, ocorreu o lançamento do guia para orientar clientes e usuários sobre os seus direitos nas relações com os bancos. A cartilha “Os bancos e você – Como se defender dos abusos dos bancos” trata de assuntos como da abertura de contas, tarifas bancárias e atendimento, além de aplicações financeiras e leasing.

Março

- O Seminário Nacional “O contexto do trabalho e suas implicações no acometimento da LER/Dort”, realizado pelo Sindicato e pela CUT-DF, no dia 2, debateu problemas vivenciados pelas vítimas desses tipos de doenças relacionadas ao trabalho. O evento marcou o Dia Mundial do Combate às LER/Dort, lembrado em 28 de fevereiro.
- O Sindicato participou no dia 23 de março, juntamente com a CUT, da ocupação pacífica do Congresso Nacional, para a entrega da pauta de reivindicações dos trabalhadores aos parlamentares.
- A CUT realizou, nos dias 21 e 22, em Brasília, um seminário internacional sobre reforma tributária. No encontro, a CUT debateu e formalizou propostas para as mudanças necessárias na estrutura tributária brasileira.
- No mês das mulheres, o Sindicato realizou o debate no Teatro dos Bancários sobre o tema “Mulher no século XXI: lutas, conquistas e desafios”. O evento ocorreu no dia 16 e tratou de assuntos como as conquistas já alcançadas pelas mulheres e os desafios que ainda existem.

Fevereiro

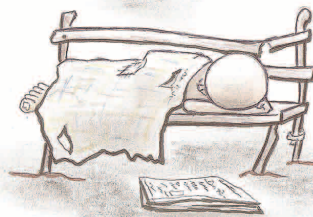
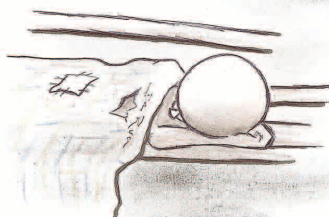
- Várias entidades sindicais participaram, no dia 15, de ato na Câmara dos Deputados, convocado pela CUT para pressionar os parlamentares a votar um salário mínimo maior que R\$ 545, valor defendido pelo governo.



Tudo que tenho
está no banco!



Será que esse
banco é seguro?



As pessoas que se
enrolam em jornais já
não são mais notícias!



Na luta por mais qualidade de vida



Para além das reivindicações por melhores salários, a luta do Sindicato também envolve questões que dizem respeito diretamente à qualidade de vida do bancário fora do seu local de trabalho.

É pensando nisso que o Sindicato vem ampliando a cada dia sua rede de convênios para os sindicalizados. São quase 250 estabelecimentos com os quais a entidade mantém parceria, que oferecem aos associados e seus dependentes uma gama de descontos especiais em faculdades, clubes, academias e clínicas, por exemplo.

Sempre atualizada, a lista completa de convênios você encontra em nosso site na internet: www.bancariosdf.com.br. Acesse e aproveite economizando.



Sindicato dos Bancários de Brasília

EQS 314/315 Bloco A – Asa Sul/Brasília – CEP 70383-400 Fone: (61) 3262-9090 Fax: (61) 3346-8822